

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH

LUCAS SALOMON DA SILVA FUHR

**O FINANCIAMENTO DAS CAMPANHAS PARA DEPUTADO FEDERAL
UM ESTUDO SOBRE AS ELEIÇÕES DE 2010 NO RIO GRANDE DO SUL**

Porto Alegre

Dezembro de 2013

LUCAS SALOMON DA SILVA FUHR

**O FINANCIAMENTO DAS CAMPANHAS PARA DEPUTADO FEDERAL:
UM ESTUDO SOBRE AS ELEIÇÕES DE 2010 NO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: André Luiz Marengo dos Santos

Porto Alegre

2013

AGRADECIMENTOS

Importante destacar aqui que as ideias não nascem do vazio, muito menos germinam em terrenos inférteis. Este trabalho não poderia ter sido feito sem a troca de percepções e ideias acadêmicas de algumas pessoas que faço questão de destacar aqui. Investigações necessitam de um processo dialético, em que uma boa conversa, muitas vezes, pode semear novos horizontes teóricos para a realização das pesquisas.

Agradeço ao Manoel Caetano Passos, por ter me ajudado a elaborar este problema de pesquisa, ainda no início de 2013, em uma frutífera conversa através da qual tomei a decisão de realizar este trabalho.

Agradeço também ao colega Fernando Gonçalves, hoje estudante do mestrado em Sociologia da UFRGS, que compartilhou de interesse e empolgação investigativa diante dos dados levantados para a elaboração desta pesquisa, contribuindo significativamente para a construção deste trabalho.

Agradeço também à colega Fernanda Rocha, que colaborou imprescindivelmente com o levantamento dos dados quantitativos deste trabalho sob o espírito de colaboração e coleguismo, sendo que, sem ela, meu trabalho teria sido muito mais difícil.

Ademais, deixo a minha gratidão de ter sido aluno dos respeitados professores do IFCH-UFRGS, entre os quais destaco aqui a professora Maria Izabel Noll, pelas dedicadas aulas de “*Governo e Políticas Públicas no Rio Grande do Sul*”, que contribuíram para que tivesse uma maior identificação com a perspectiva quantitativa acerca da análise política; e também ao meu orientador, professor André Marengo, pelas suas sempre sóbrias análises de conjuntura e de correlação de forças.

RESUMO

Este trabalho referencia-se no levantamento bibliográfico acerca do modelo de financiamento de campanhas proporcionais em vigor hoje no Brasil. Busca-se mensurar o peso e o significado do financiamento privado das campanhas como ferramenta indispensável – e predominante –, na busca por votos e pelo sucesso eleitoral. Insere-se a análise do sistema eleitoral atual sob uma perspectiva crítica referenciada no entendimento que distingue o processo de busca pelo poder político do processo de busca pelo poder econômico. Em um segundo momento, dá-se o estudo de caso, focado nas eleições de 2010 no Rio Grande do Sul. Para isso, selecionam-se os 10 maiores partidos neste estado e se verifica – através de gráficos e quadros escolhidos para ilustrar os principais elementos analisados – a relação existente entre gastos de campanha e votação final de cada candidatura analisada. Dá-se, então, a classificação ideológica destes partidos analisados, com o intuito de verificar os resultados à luz da variável ideológica. Os elementos quantitativos extraídos desta relação entre gastos e votos são relacionados ao número de candidatos eleitos por partido, perfil de lançamento de candidaturas, custo-voto, candidatos “grandes e pequenos” e outros. Ao final, conclui-se a hipótese inicial de ser o segmento ideológico da Direita o que mais gasta na obtenção de votos, embora constatando não comprovar a hipótese ao verificar que o segmento da Esquerda fora o que mais gastara em todo o pleito. Ademais, verifica-se ainda a existência de um pequeno rol de partidos que apresenta boa distribuição de candidatos quanto ao seu potencial eleitoral, justamente os partidos com forte tradição no estado do Rio Grande do Sul.

Palavras Chaves: Financiamento de Campanha. Partidos Políticos. Partidos de Esquerda; Partidos de Centro; Partidos de Direita; Sistema Eleitoral; Votação; Eleições; Candidatos a Deputados Federais;

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. O FINANCIAMENTO DAS CAMPANHAS NO BRASIL	8
2.1. ANÁLISE DO SISTEMA ELEITORAL	8
2.2 O FINANCIAMENTO E A CLASSIFICAÇÃO IDEOLÓGICA.....	17
3. METODOLOGIA.....	22
4. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PARTIDOS PEQUENOS.....	25
5. APLICAÇÃO DA PESQUISA NAS ELEIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL	27
5.1 QUANTO À TODOS OS CANDIDATOS	27
5.2 QUANTO AO ESPECTRO IDEOLÓGICO	31
6. CONCLUSÃO.....	46
REFERÊNCIAS	50

1. INTRODUÇÃO

Muitos debates vêm sendo travados na sociedade e na academia a respeito da reforma política e das críticas que vêm sendo feitas ao nosso atual sistema político e eleitoral brasileiro. Dentre as questões debatidas, estão: a) as propostas acerca do estabelecimento de cláusula de barreira; b) a proposta de fim da coligação proporcional; c) o debate sobre o voto proporcional se dar através de lista fechada, ou através de lista aberta; d) a vinculação do voto majoritário com o voto proporcional; e) a proposta de voto distrital; f) a proposta de unificação das eleições gerais com as eleições municipais e – é claro – g) o debate acerca da forma de financiamento de campanha: se público, privado, ou misto, tema que baliza a construção deste trabalho.

Até o início das manifestações de junho e julho deste ano, ocorridas em todo o Brasil, os principais debates - tratados pelo Congresso e repercutidos pela mídia - que envolviam as discussões sobre reformas no nosso sistema político e eleitoral giravam em torno de dois grandes problemas: a) forma de votação (lista fechada e pré-ordenada; ou lista aberta) e b) forma de financiamento de campanha (se público, privado, ou misto). Após esse período, os demais elementos supracitados passaram a ser tão considerados e repercutidos quanto estes dois maiores.

Este trabalho surge, em meio a tantos pontos de problematização de Reforma Política, a partir do questionamento crítico a respeito da forma de financiamento de campanha nas eleições proporcionais – este que se dá, hoje, por meio do investimento massivo do setor privado. A nossa problematização supõe haver, hoje, uma forte interferência do financiamento privado de campanha no resultado eleitoral, acabando por privilegiar os candidatos mais abastados.

A construção deste trabalho parte de uma crítica ao atual modelo de financiamento. Entendemos – e a bibliografia a ser apresentada coaduna com este entendimento – que esta forte interferência do poder privado nas campanhas políticas torna a nossa sociedade mais vulnerável aos interesses do poderio econômico, enfraquecendo a perspectiva de uma democracia cidadã e republicana, na qual os cidadãos possam tomar suas decisões sem a interferência do poder econômico.

Diante disso, torna-se pertinente investigar o peso do fator financiamento das campanhas em relação às votações recebidas pelos candidatos, buscando concluir se este fator é ou não é determinante e/ou imprescindível para a eleição dos candidatos a Deputado Federal. Evidentemente que, em uma campanha política proporcional, inúmeros fatores contribuem e outros inúmeros fatores obstaculizam a busca por votos pelos candidatos: a trajetória do candidato, a coligação na qual está inserido, o partido do qual faz parte, o eventual peso de algum parentesco político, a sua vinculação com algum grupo social organizado, e um conjunto enorme de outras variáveis que vão pesar contra e/ou a favor da meta de votos do candidato. No entanto, este trabalho optou por se debruçar sobre um dos fatores que vislumbramos ser o mais preponderante em meio aos demais: o financiamento de campanha para Deputados Federal.

Buscamos com este trabalho verificar o impacto do financiamento privado em campanhas eleitorais proporcionais no estado do Rio Grande do Sul, de modo a confirmar ou rejeitar a hipótese de que este impacto é influente, senão até determinante na busca pela eleição. O objetivo, aqui, é mensurar o real peso que possui a verba total de campanha em uma eleição proporcional. Para isso, optamos por realizar um estudo de caso da eleição para Deputado Federal no ano de 2010. Além disso, buscamos verificar se há algum segmento ideológico-partidário que mais depende do financiamento privado de campanha que outro.

Construímos, graficamente, regressões lineares que relacionam os valores declarados dos gastos de campanhas pelos candidatos com suas respectivas votações. Quanto a estes valores, encontramos, na literatura sobre o tema, um ceticismo de alguns pesquisadores quanto à fidedignidade absoluta dos valores declarados de arrecadações por parte dos candidatos. No entanto, entendemos, tal como Samuels (2003), que podemos presumir uma significativa credibilidade aos dados existentes. O autor declara trabalhar com a ideia de que mesmo reconhecendo que os valores declarados e publicizados não correspondam em absoluto com a verdade do que foi gasto nas eleições por ele estudadas, é possível, segundo ele, observar uma correspondência entre o que se presume que foi gasto pelos candidatos e o que foi declarado devidamente em termos proporcionais pelos candidatos, o que garante pertinência e legitimidade do estudo em cima desses dados declarados, ainda que não absolutamente fidedignos.

O objetivo primeiro deste trabalho é pensar como os candidatos – que estão submetidos ao atual sistema eleitoral e precisam lidar com as limitações e permissões

existentes – se dispõem graficamente numa relação entre Votação e Gastos, para, com isso, verificar se são os que mais gastaram nas campanhas os que mais fizeram votos, e se há correspondência entre as duas variáveis. Inicialmente, o trabalho abarcará os candidatos dispostos independentemente de partidos ou de segmentação ideológica. Entendemos nesse momento o candidato como um ator político que chega depois da conformação das regras eleitorais e que, para se eleger, precisa se submeter às “regras do jogo”.

Para além deste objetivo inicial, torna-se igualmente pertinente relacionar esta influência financeira nas candidaturas proporcionais com a posição ocupada pelos candidatos estudados no espectro ideológico, qual seja: candidatos por partidos de Esquerda, por partidos Centro e por partidos de Direita. Há que se investigar para qual destas posições no espectro ideológico o financiamento de campanha será mais determinante, ao final, na votação.

Como hipótese – tendo em vista o nosso modelo optar por não limitar valor máximo de gasto em campanha eleitoral; e do gasto médio entre os eleitos ser bastante maior do que o gasto médio entre os não eleitos – este trabalho propõe que quanto mais se gasta em uma campanha eleitoral, mais se obtém votos, sendo o financiamento das campanhas dos candidatos a Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul, na eleição de 2010, determinante na votação final dos mesmos.

Quanto ao segundo aspecto abordado, referente aos segmentos ideológicos (divididos em Esquerda, Centro e Direita), o trabalho possui como hipótese que o voto em candidatos de partidos de esquerda é um voto, em geral, mais barato que o voto em candidaturas de partidos de Direita. Presumimos, então, que os candidatos dos partidos de Direita gastarão mais proporcionalmente em relação aos candidatos dos partidos de Esquerda, estando o segmento de Centro no meio dos dois.

2. O FINANCIAMENTO DAS CAMPANHAS NO BRASIL

2.1. ANÁLISE DO SISTEMA ELEITORAL

Este trabalho referencia-se na literatura em ciência política acerca do financiamento de campanhas eleitorais e da análise do sistema eleitoral brasileiro.

Como já foi dito, este trabalho divide-se em dois momentos. O primeiro momento diz respeito ao fator financiamento eleitoral relacionado com a votação dos candidatos analisados, com o objetivo de verificar a questão principal desta primeira parte: o peso do dinheiro em uma eleição para Deputado Federal pelo estado do Rio Grande do Sul. É ele determinante ou não? Já o segundo momento verificará este mesmo fator (financiamento) com os candidatos pertencentes aos partidos devidamente agrupados em três blocos ideológicos: direita, centro e esquerda, buscando identificar e analisar qual (is) segmento(s) ideológico(s) tem (têm) maior grau de dependência do financiamento de campanha na obtenção de bons resultados eleitorais.

O estudo da relação entre financiamento e votação em campanhas eleitorais já fora problematizado e abordado por diversos pesquisadores, trazendo problemáticas muito semelhantes às deste trabalho, abarcando inclusive o problema do desfavorecimento político do candidato com menor financiamento frente aos demais e, conseqüentemente, do favorecimento dos com maior financiamento. Entende-se que esse debate acerca dos modelos de financiamento de campanha está profundamente conectado com as alternativas apresentadas tanto no meio político, quanto no meio acadêmico ao nosso atual sistema eleitoral e político.

Hoje, no Brasil, vivemos em uma democracia que nos garante a liberdade de ação e de reunião, o sufrágio universal e também um conjunto de outras conquistas que se aprofundaram e seguem se aprofundando desde a retomada democrática pós-ditadura militar, reconquistada há mais de vinte e cinco anos. Quanto ao nosso sistema político-eleitoral, temos uma conformação marcada por liberalizações de um lado e restrições de outro, colocando o nosso modelo atual em um “fogo cruzado”, recebendo ataques de ambos os lados: dos mais adeptos das restrições e dos mais adeptos da abertura e liberalizações do sistema.

De um lado, o sistema eleitoral brasileiro restringe doações de instituições estrangeiras, obstaculizando eventuais ameaças à soberania nacional; de outro, proíbe doações às campanhas por sindicatos e centrais sindicais, obstaculizando, mesmo que de forma indireta, a identificação dos parlamentares com a defesa dos interesses dos trabalhadores. No meio disso, estamos hoje presenciando uma enxurrada de propostas de reforma política que propõe alterações tanto nas restrições, quanto nas liberalizações, pondo em cheque as mais diversas pactuações já estabelecidas. Variados setores, entidades e mesmo os políticos não se limitam a criticar a atual conformação de nosso sistema eleitoral, muitas vezes pondo em risco algumas conquistas importantes e caras ao nosso contexto democrático recente.

Mais do que discutir ponto a ponto as regras eleitorais do país, por detrás desse debate estão inseridas variadas concepções de democracia para o país. Por mais técnico que possa ser esse debate, ele é, e seguirá sendo, inerentemente permeado de um viés ideológico relacionado à busca por um modelo democrático mais próximo do ideal – este que é passivo da crítica política e não técnica.

De início, o enfoque pretensamente crítico deste trabalho parte da abordagem do desequilíbrio de possibilidades existentes entre os candidatos, considerando, fundamentalmente, as diferenças de financiamento das campanhas e as suas consequências.

Está em vigência hoje, no Brasil, um sistema eleitoral com as seguintes características:

- a) O poder Judiciário possui o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) como órgão de controle das doações privadas de campanhas;
- b) Oferece-se alto suporte público aos partidos, através, principalmente, do Fundo Partidário e do acesso ao tempo de TV gratuito – em que ambos são distribuídos proporcionalmente aos partidos conforme seu número de parlamentares;
- c) Instituem-se doações privadas de pessoas físicas às campanhas eleitorais limitadas em até 10% dos rendimentos brutos mensais destas;
- d) Proíbe-se a doação de sindicatos ou centrais sindicais;
- e) Limita-se a doação por parte de empresas privadas às campanhas em até 2% dos rendimentos anuais da empresa atingidos no ano anterior ao da eleição;

- f) Proíbe-se o financiamento obtido através de doações de instituições estrangeiras;
- g) Exige-se a revelação dos doadores de campanha junto ao órgão de controle (TSE) para que possam ser publicizados para conhecimento dos eleitores.

Há que se interpretar essas características apresentadas a respeito do nosso modelo atual como decorrentes de um avanço democrático, principalmente no que tange ao papel desempenhado pelo TSE: de controle, fiscalização e publicização das verbas arrecadadas em campanhas. A literatura em ciência política visualiza ainda o suporte público dado aos partidos através do Fundo Partidário e do acesso ao tempo de TV gratuito para os partidos como fatores importantes para a manutenção da sobrevivência infra-estrutural dos partidos, bem como para manter o contato dos partidos com suas bases sociais (SAMUELS, 2003), ainda que cada vez mais diluídas e difíceis de identificar.

No entanto, é preciso observar também as contradições do nosso sistema eleitoral. No que tange às despesas de campanhas, não há uma limitação de gastos ou uma limitação de arrecadação em termos de valores absolutos para as candidaturas – nem às candidaturas proporcionais, nem majoritárias. O que existe são limitadores condicionados à renda da pessoa física ou jurídica que está doando – os 2% do rendimento anual da empresa doadora e 10% do rendimento mensal da pessoa física doadora. Esse modelo adotado pelo Brasil deixa flutuante a média de arrecadação e de despesas em eleições, ficando a cargo do contexto político – e de sua relação com os potenciais doadores – determinar o quanto se irá gastar nas eleições. Isso poderá levar, portanto, ao encarecimento de algumas eleições nas quais se verificará um contexto mais propício para maiores doações privadas e relativas diminuições destes valores em outros momentos menos propícios para essas arrecadações.

No processo de arrecadação para as campanhas, as doações de sindicatos e centrais sindicais são – como já fora dito – proibidas. No entanto, nossa constituição em vigência, formulada em 1988, traz logo em seu artigo 1º, inciso IV, entre seus fundamentos, o seguinte texto: “Art. 1º A República Federativa do Brasil, [...] constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] IV – Os **valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;**” (grifo nosso)

Este inciso IV nos sugere, nitidamente, uma tentativa de estabelecer equilíbrio nas relações de força entre capital e trabalho. A busca por esse equilíbrio é permanente e se

dá nas mais diferentes arenas de disputa, as quais não nos cabe desmembrar aqui. Entre essas arenas, onde se conflitam capital e trabalho, está, inevitavelmente, também, a arena político-eleitoral. No que tange ao financiamento das campanhas políticas, verificamos a permissão de doações por parte das empresas, que exercem a livre iniciativa de empreender, combinada, entretanto, com uma proibição das associações de classe, sindicatos e centrais sindicais, que representam os trabalhadores, de fazerem as mesmas doações. Se pensarmos que entre as disputas políticas que se travam no Congresso está inserida a disputa na relação entre trabalho e capital, podemos verificar um favorecimento sistêmico dos candidatos que, diante do conflito entre capital e trabalho, defendem a livre-iniciativa, uma vez que esses candidatos poderão ter doadores interessados diretos em suas campanhas. Enquanto isso, os candidatos identificados com a defesa dos interesses dos trabalhadores não poderão receber doações das entidades que representam os interesses de suas categorias profissionais por meio dos sindicatos. A nosso ver, esse desfavorecimento sistêmico das categorias dos trabalhadores não contribui para o aprofundamento da democracia representativa que busca ter uma câmara de parlamentares que consiga refletir os segmentos da sociedade. Trata-se, pois, de um caso onde nossa legislação eleitoral não soube equilibrar, da melhor forma, os interesses que estarão envolvidos na busca pela representatividade parlamentar.

Diante disso, temos hoje no Brasil, talvez como consequência dessa conformação institucional, o seguinte contraste na Câmara dos Deputados:

Quadro 1: Contraste trabalhador x empresários 2010

Bancada Empresarial e Ruralista	Bancada Sindical e ligada aos Pequenos Agricultores
246 (48%)	62 (12%)

Fonte: O autor, 2013 (adaptado do DIAP)¹

O contraste é marcante, se considerarmos que na população brasileira existem muito mais trabalhadores assalariados do que empresários e, ao passo disso, as empresas são o segmento que mais doam para as campanhas no Brasil, efetuando doações tanto para candidatos de partidos de direita, de centro, quanto de esquerda, de modo a garantir sua influência sobre todos os segmentos. Como explicação disso, voltamos à Pederiva,

¹ DIAP: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

Marcelino e Lemos, que – como veremos mais adiante – tratam as doações também como meios de ganho de acesso político direto, através de redes de obrigações entre candidatos e doadores (PEDERIVA; MARCELINO; LEMOS; 2010).

Presume-se, portanto, que há arrecadação de verbas não declaradas que são gastas nas campanhas para deputados, e que isso ocorre seja porque as verbas exacerbam os 2% permitidos em relação aos rendimentos anuais da empresa, seja porque são oriundos de caixas-dois das próprias empresas (SAMUELS, 2008) – estes que são constituídos com o intuito de não pagar impostos sobre esses rendimentos. Portanto, se há a presunção de que existe um montante de dinheiro doado das empresas para as campanhas políticas que estão na ilegalidade, porque não poderíamos presumir que há outro montante de dinheiro doado pelos sindicatos e centrais sindicais para as campanhas políticas também na ilegalidade? Se há um interesse social de tornar nosso sistema eleitoral menos obscuro, principalmente no que tange o financiamento das campanhas, não se pode desconsiderar a lógica dos candidatos vinculados à defesa dos interesses dos trabalhadores e dos agentes sindicais em compensar o desequilíbrio do sistema de doações eleitorais atuais – hoje em favor da livre-iniciativa – através de doações não declaradas das entidades sindicais. Entendemos que, ao repensar a organização do nosso sistema eleitoral, deve-se não só vislumbrar maneiras de investigar as ilegalidades, como o caixa-dois, que desequilibram o sistema e condená-las (como é o caso dos que propõe reforma bancária como meio de redução dos caixas-dois de campanha, ou dos que propõe aumento das penas para caixa-dois), mas também levar em conta os motivos que levam a existir essas ilegalidades, muitas vezes decorrentes de eventuais desequilíbrios sistêmicos estabelecidos legalmente na política brasileira.

Diante do que vimos ser o nosso sistema eleitoral, para além da proibição de doações de sindicatos, seguiremos a sua análise.

Na visão de Peixoto (2005), o debate sobre a melhor forma de financiamento de campanhas eleitorais e a sua regulamentação vem sendo discutido tanto em países de democracia recente quanto em países de maior tradição democrática, não sendo, portanto, uma questão apenas dos países com democracia recente – grupo no qual o autor enquadra o Brasil. Para o autor, as características do sistema eleitoral vigente no Brasil (apresentado acima), colocam o país entre os países do mundo com maior nível de controle financeiro público das campanhas e com maiores restrições para financiamento privado de campanhas

do mundo, levando em consideração os seguintes fatores testados em escala mundial pelo *International IDEA*:

- a) obrigatoriedade dos doadores de revelarem as doações realizadas;
- b) obrigatoriedade dos partidos revelarem as doações recebidas;
- c) proibição de doações anônimas;
- d) proibição de doações oriundas de instituições estrangeiras;
- e) proibição de doações oriundas de instituições sindicais;
- f) proibição de doações de empresas contratadas pelo governo;
- g) existência de teto para as doações.

Segundo o *International IDEA*², o Brasil está, junto com a Argentina, em uma escala de 0 a 10, entre os países com índice 10 de controle, atendendo a todos os requisitos de controle citados acima, embora se verifique, e nos pareça ser bastante importante destacar, que o “teto” referido nos fatores acima são relativos aos rendimentos da pessoa física ou jurídica e não um teto firmado em valores absolutos.

Ademais, em seu artigo sobre o tema, Peixoto (2005) aponta que, além do índice de controle de financiamento eleitoral no Brasil ser comprovadamente alto, há, ainda, um índice de “suporte público aos partidos”, no qual, em uma escala de 0 a 7 (quanto maior o índice, maior o suporte), o Brasil fica com índice 6, segundo os seguintes fatores testados:

- a) existência de transferência direta de recursos públicos aos partidos;
- b) acesso livre à mídia pelos partidos;
- c) existência de transferência indireta de recursos aos partidos (como tempo de TV gratuito);
- d) existência de taxações especiais (isenções de impostos para os partidos);
- e) obtenção de dedução de impostos aos contribuintes dos partidos.

Nesse teste classificado de 0 a 7, o Brasil fica com índice 6, não atingindo o índice máximo, porque não cumpre o último requisito: dedução de impostos aos contribuintes dos partidos.

² International IDEA: The International Institute for Democracy and Electoral Assistance

Entretanto, Peixoto (2005) põe em cheque a eficácia do sistema de controle político em eleições existente no Brasil em termos da preocupação com os interesses econômicos misturarem-se com os interesses pela representatividade política:

o simples fato de possuir um sistema formal bastante restritivo pode nos indicar a preocupação com a relação entre interesses econômicos e representatividade política; por outro, não significa que estas instituições realmente controlam eficazmente o impacto dos recursos nos resultados eleitorais (PEIXOTO, 2005,p. 23)

O autor entende que não cabe tão somente tornar as regras mais rígidas para evitar a intervenção dos interesses econômicos na representatividade política. Ele defende que para haver o aperfeiçoamento do atual sistema de prestação de contas de campanhas, a prestação de contas com a relação dos nomes dos doadores não deveria ocorrer somente após as eleições, mas durante a campanha em tempo real, via internet. Tanto Peixoto (2005) quanto Samuels (2003) entendem que uma vez transparente os dados em tempo real, ainda durante a campanha, essas doações poderiam servir de elemento a ser considerado pelos eleitores na tomada de decisão na escolha de quem votar.

Diante desta constatação, verifica-se que, inegavelmente, o sistema de financiamento eleitoral brasileiro parte de um controle e de algumas restrições básicas em relação às doações. Entretanto, os fatos constatados de o Brasil regulamentar, fiscalizar e manter transparente as informações concernentes às doações privadas às campanhas não derrubam, por si só, a hipótese da prevalência do financiamento de campanha como o fator de determinante influência e, até mesmo, condicionamento da votação dos candidatos. Os limitadores de gastos são apenas proporcionais em relação ao peso econômico do doador, não estipulando valor máximo de gastos para as campanhas, permitindo que o candidato gaste sem restrição de valor absoluto e dependendo, apenas, da medida do seu potencial de arrecadação.

Importante destacar que os fatores abordados nestes dois índices (de 1. restrições de financiamento e de 2. suporte aos partidos) do *International IDEA* que foram estudados e analisados por Peixoto (2005) não analisam as eleições nas questões referentes à ocorrência de caixas-dois e à ocorrência de abuso do poder econômico por parte de políticos que arrecadam muito mais doações que seus concorrentes em função das doações: declaradas, ou não.

São vários os autores que inserem a permissão – a nosso ver, pouco restrita – do financiamento privado de campanha como um fato que leva ao surgimento do problema do abuso do poder econômico. Pensando neste sentido, está a tese de Samuels que, nas eleições de 1994 e 1998, pesquisou as contas dos candidatos daqueles anos, concluindo que os “recursos financeiros estão positivamente correlacionados com vitórias eleitorais, e que isso, percebido pelos atores, leva-os a tentar arrecadar e gastar o máximo possível” (SAMUELS, 2003 *apud* LEMOS; MARCELINO; PEDERIVA, 2010, p. 370). Já Lemos, Marcelino e Pederiva (2010) debruçaram-se sobre eleições mais recentes e verificaram que as contas declaradas das campanhas de 2002 e 2006, em que se verificou terem os Senadores eleitos gastado, em média, mais de quatro vezes a mais que os Senadores não eleitos; e os Deputados Federais eleitos terem gastado, em média, mais de cinco vezes a mais que os suplentes de Deputados Federais. Esses dados contribuem favoravelmente para a defesa da tese de que o fator dinheiro tem um peso determinante em uma eleição para deputados, suspeita inicial deste trabalho.

Segundo dados do TSE a respeito do Rio Grande do Sul, que é o recorte que o trabalho propõe-se a fazer, verifica-se um gasto médio em torno de 450 mil reais entre os candidatos a Deputados Federais eleitos em 2006 e um gasto médio em torno de 42 mil reais – mais de dez vezes a menos – entre os candidatos não eleitos, o que aponta para a incidência no Rio Grande do Sul do mesmo fenômeno da forte influência financeira nas eleições proporcionais existente no Brasil como um todo. Em uma análise comparativa do Rio Grande do Sul em relação aos demais estados da federação, verifica-se um baixo índice de gastos em campanhas proporcionais no estado nas eleições de 2002 e 2006, em termos proporcionais, considerando o número de eleitores. No estudo feito por Borges (2013) em nível nacional, comprova-se que, na eleição de 2006, apenas 5% dos recursos privados empresariais nacionais foram doados para os candidatos eleitos pelo Rio Grande do Sul, contra 25% de São Paulo e 13% de Minas Gerais, que fora os dois estados onde as empresas mais investiram.

Subjacente ao debate do financiamento de campanha está a ocorrência dos caixas-dois. Samuels (2003), como já foi dito, assume entender não serem os dados de gastos em campanhas registrados junto ao TSE fidedignos em absoluto. Isso ocorre em função da incidência do chamado caixas-dois, que são os gastos não declarados. Samuels e Reis convergem no entendimento de que os caixas-dois das campanhas eleitorais provém de caixas-dois das empresas, o que faz com que não se conseguirá restringir integralmente o

caixa-dois mesmo com forte regulamentação do sistema eleitoral em si e com apenas uma reforma política, pois, para isso, será preciso fazer uma reforma bancária e tributária que consiga restringir a possibilidade de caixas-dois. (REIS, 2008; SAMUELS, 2006).

Reis (2008) argumenta que vivemos em uma sociedade liberal onde as empresas e corporações empresariais existem como agentes sociais importantes na sociedade e legítimos na disputa por poder político, pois buscam a estabilização da economia e geram empregos que a lógica capitalista na qual estamos inseridos (da busca pelo poder econômico) inevitavelmente vai se comunicar com a lógica da busca pelo poder político, pois poder político e econômico comunicam-se. A argumentação do autor propõe que cabe à sociedade política, portanto, buscar meios para obstaculizar e restringir esse “transbordamento” dos interesses do poder econômico sobre os interesses do poder político.

A argumentação de Reis (2008) é coerente e ponderada, além de democrática e republicana. No entanto, verificamos-se aqui uma questão filosófica de que precisamos tomar lado. Do ponto de vista liberal, que postula a liberdade individual de cada cidadão, poder-se-ia argumentar que um regramento do estado nas formas e limites das doações privadas às campanhas eleitorais por parte dos proprietários de empresas seria uma restrição à liberdade individual, na medida em que iriam impedir que os interesses individuais dos proprietários das empresas doadoras fossem almeçados, potencializados e otimizados naturalmente, através das doações, sem a interferência do estado. Certamente há de ter os que já consideram as restrições vigentes excessivas. Essa visão leva a uma argumentação contra o estabelecimento de restrições às doações de campanha em nome do direito do agente empresarial – sujeito de direitos que é – financiar quem ele bem entende, pois dispõe de recurso e interesse para isso. Entretanto, o que está dado é que nossa sociedade brasileira é, historicamente, repleta de contradições que geraram um país fortemente desigual em âmbito econômico e de oportunidades, atentando inclusive contra a efetivação dos direitos mais básicos dos cidadãos (saúde, educação, habitação, etc). Como vimos na literatura, a idéia de “abuso do poder econômico”³, nesse contexto, é justamente a idéia de que o financiamento privado de campanhas pode gerar enormes desigualdades entre os candidatos que angariarem mais fundos dos empresários e os que angariarem menos, afetando a busca

³ O termo “abuso do poder econômico” foi verificado diversas vezes no estudo sobre a literatura do tema, sendo, praticamente, um instituto teórico referente ao dano que os interesses privados e corporativos das empresas podem fazer dentro da política, esta que é um espaço de representação de toda a sociedade, em sua pluralidade de idéias e não somente dos que detêm o poder econômico.

por eleições onde o debate político prevaleça para além do incentivo empresarial, principalmente na medida em que se presume que grande parte das doações provém de verbas não declaradas: caixas-dois – o que torna o nosso sistema eleitoral mais obscuro ainda. Posto isso, há que se evitar que somente os candidatos que conseguirem o respaldo econômico dos grandes investidores alcancem os cargos públicos, pois, se assim for, será o empresário o “fiel da balança” e o verdadeiro soberano na influencia (cada vez mais determinante) de quem irá eleger-se, enquanto que o nosso modelo democrático prevê o cidadão com sua livre consciência individual como verdadeiro soberano. Entendemos que a democracia requer compensações igualitarizantes, com o intuito de corrigir essas desigualdades, mesmo que se lance mão de medidas restritivas às liberdades individuais e empresariais em certa medida.

Diante disso, estabelecemos que vivemos em uma sociedade democrática composta por cidadãos livres, capazes de empreender e de vender a sua força de trabalho. Contudo, quando Reis (2008) usa o termo “transbordamento” ao defender que devemos evitar que os interesses econômicos “transbordem” para os interesses políticos/públicos, ele nos está passando uma idéia de analogia a dois ‘fluxos’ paralelos: o do poder político e o do poder econômico – estes que devem manter-se independentes em relação ao outro, embora se comuniquem. A idéia do autor está referenciada na constatação de que uma vez que vivemos em uma sociedade liberal capitalista, não podemos negar a legitimidade do agente empresarial e da instituição empresa no nosso modelo de sociedade contemporâneo, mas nos cabe aqui restringir e, na palavra do autor, “*obstaculizar*” essa forte interferência do poderio econômico sobre o poder político – uma vez que nossa democracia visa representar todos e não somente os detentores do poder econômico – de modo a evitar que o poderio econômico domine o poder político. Cabe aqui ressaltar a independência do poder político frente ao poder econômico como um pilar que sustenta a argumentação deste trabalho.

2.2 O FINANCIAMENTO E A CLASSIFICAÇÃO IDEOLÓGICA

A respeito da questão partidária em âmbito nacional, busca-se, neste trabalho, verificar qual o segmento ideológico-partidário que mais arrecada e mais depende do financiamento privado para as campanhas eleitorais proporcionais para deputados federais.

Posto isso, nos deparamos com o problema sociológico de estabelecer a divisão dos partidos entre os três segmentos ideológicos nos quais serão inseridos os partidos para a finalidade da pesquisa: esquerda, centro e direita.

Vários são os autores que estabelecem essas classificações. Rodrigues (2002) classifica os seis maiores partidos com representação no congresso naquele ano: PT e PDT (esquerda); PMDB e PSDB (centro) e DEM e PP (direita).

Já Marcelino, Lemos e Pederiva (2010) classificam apenas 5 grandes partidos existentes e predominantes no congresso em 2006: PT (esquerda), PDT (centro-esquerda), PMDB e PSDB (centro) e DEM (direita), não classificando o PP e sinalizando o PDT como um intermediário entre centro e esquerda, subdivisão essa que este trabalho não trabalhará.

Samuels (2006), entretanto, coaduna com a classificação de Rodrigues (2002), acrescentando, porém, o PSB junto aos partidos de esquerda.

Diante dessas classificações, Figueiredo e Limongi (2001), apresentam a classificação mais abrangente e que consideramos a mais completa dentre as demais, inserindo ainda alguns partidos menores nos três segmentos. O critério adotado pelos autores para realizar esta classificação foi o do nível de disciplina partidária nas votações no congresso entre os anos 1989 e 1994. Classifica-se, portanto, PT, PDT, PCdoB, PSB, PCB e PV (esquerda), PMDB, PSDB (centro), DEM, PP e PTB (direita). Nesse período estudado pelos autores, os grandes partidos (PTB, DEM, PP, PMDB, PSDB PDT e PT) compõem 79% da Câmara dos Deputados. Os autores estudaram a disciplina partidária existente entre esses três segmentos e verificaram haver uma forte disciplina entre esses três segmentos que, a nosso ver, configura e respalda a existência desses três segmentos ideológicos em nível nacional. Os autores acrescentam ainda o PSTU como um pequeno partido de esquerda, sendo ele um desmembramento à esquerda do PT, mesmo que não possuísse representação no Congresso Nacional. Em 2005, surge o PSOL como um segundo desmembramento partidário oriundo do PT, também classificado como esquerda. O método adotado por Limongi e Figueiredo é, como foi dito, o de investigação da disciplina partidária em relação a estes três blocos partidários agrupados entre Esquerda, Centro e Direita. Os autores afirmam que se, até então, a literatura especializada defendia não haver disciplina partidária e se dar a ocorrência de uma sobreposição do personalismo dos políticos aos interesses partidários na política brasileira, onde os partidos pouco significam para os políticos (ABRANCHES, 1998), verificou-se justamente o contrário:

A fragilidade dos partidos não se manifesta onde mais seria de se esperar, isto é, no plenário da Câmara dos Deputados, onde os deputados exercem seu direito individual de voto. Os partidos políticos na Câmara não são peças de ficção. A filiação partidária nos diz muito a respeito do voto provável do parlamentar. As votações costumam dividir o plenário de acordo com padrões ideológicos clássicos: há uma direita, um centro e uma esquerda. (LIMONGI; FIGUEIREDO, 2001, p. 93)

Verifica-se na pesquisa a respeito de gastos por partidos em eleições para deputados, o aumento de gastos entre as eleições de 2002 e 2006 (LEMOS; MARCELINO; PEDERIVA, 2010). Essa constatação de que os gastos aumentaram de uma eleição para a outra sustenta nossa argumentação inicial de que o teto de gastos em campanha é flutuante e se encontrava à mercê do contexto e das variáveis em que se encontram a relação candidato-financiador. Em ordem crescente, na eleição de 2002, os partidos com os maiores gastos em campanhas foram, PDT < PT < PMDB < PSDB < DEM, estes cinco que eram os maiores partidos do país naquele ano, medido pela representação no congresso. Já em 2006, eleição em que o partido que busca a reeleição presidencial é o PT (e não mais o PSDB), a ordem crescente de maiores gastos foram PDT < PT < PSDB < DEM < PMDB, sendo, visivelmente, o maior beneficiado financeiramente o PMDB, que, na eleição de 2006, passou a estar do lado do presidente Luís Inácio Lula da Silva, do PT, e não mais alinhado com o PSDB, como nas eleições de 2002. O PMDB passa, portanto, nesse período, de terceiro que mais arrecadara, em 2002, para o primeiro da lista em arrecadação na eleição de 2006. Ainda assim, na campanha para a Câmara Federal, o PT quintuplicou recursos arrecadados entre 2002 e 2006, embora PT e PDT – agora na base do governo – permanecessem recebendo menos recursos que PMDB, PSDB e DEM, o que nos leva a constatar que os financiadores de campanhas mantiveram sua opção por não financiar partidos ditos de esquerda, preferindo manter sua preferência de doações aos partidos de centro e de direita ao se alinharem de pronto ao partido do governo ou sua base imediata mais à esquerda (PT e PDT, entre outros). Como fator explicativo disso, os autores defendem:

“a resposta (para isso) pode passar por preferências ideológicas (WELCH, 1975), mas também pela hipótese talvez mais debatida na literatura, que se refere ao ganho de acesso político às decisões coletivas via “network of obligations” entre candidatos e doadores.” (PEDERIVA; MARCELINO; LEMOS, 2010)

A explicação dos autores é, portanto, mais próximas da idéia de troca de interesses entre financiadores e candidatos, e não meramente por preferência ideológica. A respeito dessa questão, Samuels (2003) entende esse fenômeno de uma maneira muito semelhante. O autor distingue duas nomenclaturas que distinguem os objetivos finais das

doações aos candidatos: doações “*visando a serviços*” e doações “*visando a políticas públicas*”, em que ele insere o sistema eleitoral dos Estados Unidos (EUA) como um exemplo de sistema no qual, através dos PACs⁴, as doações são “*visando a políticas públicas*”, onde há um interesse político real e mais próximo dos debates de políticas públicas que impulsionam os doadores a realizarem as doações para cada candidato. O Brasil, diferentemente dos EUA, é um país onde grande parte das doações são “*visando a serviços*”, onde há número muito reduzido de doadores – diferentemente dos EUA – em que os doadores possuem vínculos pessoais mais próximos dos candidatos para, em compensação, pedir aos políticos serviços e alinhamento aos seus interesses no plano político (através das emendas parlamentares, votação no plenário, articulações junto ao executivo, etc.).

Entretanto, ainda que se constate um acréscimo bastante grande no valor total arrecadado pelo PT nas eleições de 2006, o gasto médio de uma campanha para a Câmara dos Deputados (CD) de um candidato do PT foi quase 50% menor do que o gasto médio de uma campanha para a CD de um candidato do PSDB ou do DEM nessa eleição. Ao verificar os gastos do PDT, a disparidade é ainda maior, pois a distância entre a média de gastos entre PDT e PSDB/DEM – estes com uma média de gastos que gira em torno de 295 mil reais por campanha – é de quase 5 vezes mais. Os autores entendem como provável fator explicativo para essa ordem de partidos que mais arrecadaram com altos financiamentos a hipótese de relações de obrigações e de comprometimento entre financiadores/doadores e candidatos como fator significativo para o potencial de arrecadação de doações para os partidos, sugerindo que os candidatos que mais arrecadam também são os que mais se comprometem com interesses empresariais.

No estudo feito por Borges (2013) em nível nacional, em 2006, verificam-se também resultados que comprovam que o segmento da esquerda arrecada menos que o centro e que a direita. Na classificação adotada pelo autor – muito semelhante a classificação adotada por nós, baseada em Limongi e Figueiredo – ele agrupa os partidos da seguinte maneira e com os seguintes percentuais de distribuição de financiamento privado respectivamente:

⁴ Meio através do qual se viabiliza as doações privadas às campanhas eleitorais nos Estados Unidos.

QUADRO 2

ESQUERDA	CENTRO	DIREITA
PT + PDT +PSB + PPS +PCdoB + PV	PMDB + PSDB	DEM + PP + PR + PTB
27%	42%	30%

Fonte: BORGES, 2013

Diante dessa constatação, o autor afirma: “[...] pode-se argumentar que o comportamento do setor empresarial está dentro do esperado, isto é, que empresas se vinculariam àqueles que poderiam favorecer ‘o capital’” (BORGES, 2013, p.82).

Ainda sobre as eleições de 2006, Borges constata que, em considerando que o PT já era, desde 2003, o partido do presidente da república, recebera uma quantidade pequena de recursos privados, comparado a outros partidos, que, naquele ano, foi de 14% do total doado pelas empresas aos candidatos a Deputados Federais eleitos. O autor afirma ainda que se pode questionar um comportamento “pragmático” das empresas que doariam àqueles que trariam maiores retornos esperados em políticas públicas. (BORGES, 2013. p. 81)

3. METODOLOGIA

Nosso objetivo neste trabalho é verificar se o gasto em campanha eleitoral para Deputado Federal, no Rio Grande do Sul, foi determinante para a se conquistar votos no pleito eleitoral de 2010. Para isso, este trabalho requer a aplicação de método quantitativo de verificação de gastos em relação à votação das candidaturas. De início, partimos dos dados brutos de gastos e dos dados finais de votação dos 271 candidatos⁵. Diante da complexidade da análise desse grande número de candidatos dispersos em 25 partidos, a nossa análise se detém apenas nos 202 candidatos dos 10 maiores partidos organizados no Rio Grande do Sul⁶, excetuando 69 candidatos pertencentes aos 15 partidos com baixa votação neste estado⁷. Os 10 partidos selecionados são, portanto, em ordem crescente de obtenção de votos: PSOL, DEM, PSDB, PSB, PDT, PCdoB, PTB, PMDB, PP e PT. Para melhor visualização dos que selecionados para análise e do que excluímos, segue o quadro:

QUADRO 3

	SELECIONADOS PARA APLICAÇÃO PESQUISA	EXCLUÍDOS DA APLICAÇÃO DA PESQUISA	TOTAIS
PARTIDOS	10	15	25
GASTOS	42.466.864,71	1.361.241,10	43.828.105,82
VOTAÇÃO	5.477.401	237.883	5.715.284
CANDIDATOS	202	69	271

Fonte: o autor (adaptado do TSE)

Como se pode ver no Quadro 3, os candidatos excluídos da aplicação da pesquisa representam votação baixa em relação à votação total, atingindo 237.883 votos (apenas cerca de 4% do total) e os gastos são considerados também baixos em relação aos demais, atingindo apenas 1.361.241,10 (cerca de 3% do total gasto). Nenhum dos candidatos desse grupo conseguiu eleger-se. O quadro 3 mostra-nos, ainda, que, além dos 10 maiores partidos do Rio Grande do Sul, em que 9 deles elegeram ao menos um candidato para a

⁵ 271 candidatos é o número total de candidaturas deferidas pelo TRE-RS.

⁶ Não se trata de amostragem, mas de seleção.

⁷ O critério de ponto de corte para estabelecer quais os maiores partidos no Rio Grande do Sul foi o de a soma de todos os votos que o partido obteve ter feito mais que 150.000 votos totais.

câmara (apenas o PSOL não atingiu o coeficiente eleitoral), tínhamos ainda outros 15 partidos disputando a eleição de 2010 com baixa expressividade eleitoral. Mais adiante faremos algumas considerações quanto às votações destes partidos não selecionados para a aplicação da pesquisa.

Para testar a hipótese do financiamento de campanha influenciar decisivamente na obtenção de votos, aplicaremos o método de regressão linear bivariada, esta que irá servir para verificar se há comprovação de que são os candidatos que mais gastaram que fizeram mais votos e se os candidatos que menos gastaram foram os que menos fizeram votos, em uma análise comparativa proporcional entre todos os candidatos selecionados. A idéia central é verificar se há uma correspondência entre essas variáveis em termos gerais, ainda que surjam eventuais exceções, entendidas como outliers.

O método da regressão linear bivariada irá nos indicar se há comprovação de que quanto mais se gasta, mais votos conquistam-se, e se essa tendência segue proporcionalmente, ou não. Para a aplicação da pesquisa e o teste da hipótese, fora colocado nas regressões os valores dos gastos como variável independente, no eixo Y, e a quantidade de votos obtida por cada candidato colocados como variável dependente, no eixo X. Em se tratando de um estudo de caso referente ao estado do Rio Grande do Sul, foram selecionados, como já mencionados, apenas os candidatos dos 10 maiores partidos do Rio Grande do Sul de modo a conferir maior confiabilidade à pesquisa e permitir que nossas considerações analíticas dos gráficos sejam mais fidedignas e menos sujeitas a casuísmos particulares da eleição de 2010.

Conforme já fora dito, nossa pesquisa tem duas pretensões: a primeira é de verificar a relação entre financiamento e votação em um espectro macro, visualizando os candidatos como sujeitos às regras eleitorais e a sua conseqüente dependência do financiamento privado de campanha. Portanto, sem fazer, nesse primeiro momento, distinção partidária ou por segmentos ideológicos.

Serão analisados, neste primeiro momento, portanto, as 202 candidaturas dos 10 maiores partidos do RS em um gráfico com todos estes.

Em um segundo momento, assim como no primeiro, serão analisadas as candidaturas agrupadas em três gráficos com o intuito de verificar a relação do financiamento com a votação, só que distinguidas pelo segmento ideológico: Esquerda,

Centro e Direita. A proposta central deste segundo momento é verificar qual dos segmentos tem maior correspondência entre financiamento e votação e qual segmento gasta mais em relação à sua votação. Analisaremos também o custo voto de cada segmento ideológico e qual segmento precisa de mais dinheiro para a obtenção de sua respectiva votação final.

Ainda diante dos dados brutos correspondentes aos 271 candidatos, classificamos todos os 25 partidos que lançaram candidaturas pelo Rio Grande do Sul em 2010 da seguinte maneira:

QUADRO 1⁸

ESQUERDA	CENTRO	DIREITA
PT, PDT, PC do B, PSB, PSOLPV, PSTU, PCB	PMDB, PSDB, <u>PPS</u>	DEM, PP, PTB, <u>PRB,</u> <u>PSC, PR</u>
PARTIDOS “NANICOS” DE DIFÍCIL CLASSIFICAÇÃO		
PSDC (0), PTN (0) , PHS (2) , PMN (4) , PRP (2) , PSL (1) , PtdoB (3), PTC (1)		

Fonte: o autor (adaptado de LIMONGI e FIGUEIREDO, 2001)

Será analisada a média de gasto por voto por cada segmento ideológico, nos permitindo mensurar o peso do fator financiamento para cada um desses em uma comparação com o todo (média de gasto por votos total).

⁸Essa classificação baseia-se na literatura apresentada nos capítulos anteriores, muito referenciada no trabalho feito por LIMONGI e FIGUEIREDO. Os partidos em negrito foram selecionados para a aplicação da pesquisa; os partidos sublinhados foram excluídos, mas mais adiante constará algumas considerações sobre as suas respectivas votações e suas características. Os partidos não classificados por Limongi e Figueiredo foram inseridos por nós na classificação (PPS no Centro – como racha do PCB – e PRB, PSC e PR na Direita – como partidos relacionados à bancada evangélica e, por isso, entendidos como conservadores).

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PARTIDOS PEQUENOS

Abaixo, faremos considerações sobre os partidos retirados da aplicação da pesquisa e, posteriormente, sobre os selecionados para a aplicação da pesquisa.

Entre esses 15 partidos que não serão analisados quanto ao peso do financiamento para suas candidaturas, agrupamo-los em 3 faixas (dividida pela quantidade de votos obtida), sobre as quais faremos algumas observações:

a) Primeira Faixa (entre 60 mil votos até 100 mil): estão nessa faixa os partidos PSC e PRB, que atingiram, respectivamente, cerca de 65 mil e 64 mil votos cada um no total, o que representa um número significativo se destacarmos que são estes os dois maiores partidos pertencentes à bancada evangélica existente no congresso.

b) Segunda Faixa (acima de 30mil votos): estão nessa faixa os partidos PPS e PV, que atingiram, respectivamente, cerca de 35mil e 34 mil votos. Trata-se de partidos que, desde as primeiras eleições democráticas pós-ditadura, vêm tendo um peso político considerável na correlação de forças da Câmara dos Deputados, tendo o PPS eleito 12 Deputados Federais, no Brasil inteiro, e o PV 17, em 2010. Observa-se que ambos os partidos desta faixa são oriundos inegavelmente da Esquerda, mas que em diversas eleições estiveram em coligações majoritárias ao lado de partidos grandes do segmento do Centro e até mesmo de Direita.

c) Terceira Faixa (abaixo de 30 mil votos): esta é a faixa, entre os partidos não analisados sob a lógica do financiamento de campanha, mais complexa de se analisar entre os pequenos partidos no Rio Grande do Sul, pois se misturam partidos de esquerda, de direita com outros de difícil classificação (em função de seu baixíssimo peso político). Nesta faixa a votação dos partidos está bastante dispersa. Encontra-se, aqui, 11 partidos. A observação que mais nos salta os olhos, de início, é o fato de o PR, antigo PL, grande em nível nacional (tendo eleito 40 deputados em 2010), ter atingido aqui apenas cerca de 17 mil votos no Rio Grande do Sul. Trata-se de um partido classificado como Direita que tem uma dificuldade ímpar de penetração no Rio Grande do Sul. Destacamos aqui também a existência, neste grupo, dos partidos PCB e PSTU, que são classificados como Esquerda (com o adendo da radicalidade marxista) tendo atingido, respectivamente, cerca de 600 e 5.700 votos. Ademais, os oito outros partidos seguintes somam cerca de 14 mil

votos: PRP, PTN, PSDC, PTdoB, PMN, PHS, PSL e PTC, sobre os quais destacamos apenas a adjetivação corrente de “partidos nanicos”⁹ – em nível nacional e estadual.

Estes partidos, se somados, lançaram apenas 69 candidaturas, dentre as 271 candidaturas totais, representando, portanto, apenas 25,46% das candidaturas totais, estas que, no somatório, gastaram apenas R\$ 1.361.241,10, diante dos R\$ 42.466.864,61 gastos totais por todos os candidatos que concorreram neste ano. Esses partidos não obtiveram mais de 100.000 votos e tampouco tiveram gastos significativos a ponto de serem abordados pela pesquisa.

⁹A discussão acerca da lógica de funcionamento dos partidos chamados “nanicos” e a sua prejudicialidade, ou não, ao sistema político eleitoral é um outro tema de pertinência inegável no estudo institucionalista em ciência política, mas que não temos, nesta pesquisa, a condição de aprofundar.

5. APLICAÇÃO DA PESQUISA NAS ELEIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL

5.1 QUANTO A TODOS OS CANDIDATOS

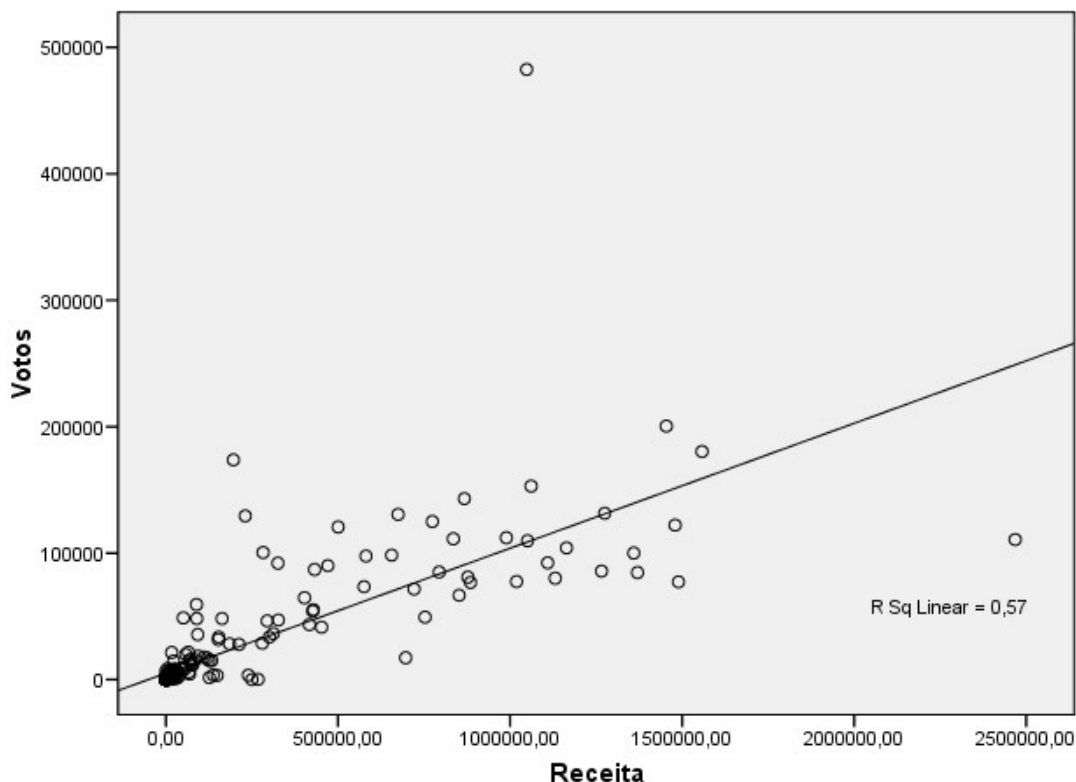
Para verificar e estimar a importância do fator financiamento de campanha em uma eleição para Deputados Federais pelo Rio Grande do Sul, utilizamos, como já foi dito, os valores referentes à arrecadação de cada candidato (como variável independente) e os relacionamos com a votação conquistada (como variável dependente) por cada candidato(a) ao final do pleito. Realizamos uma regressão linear bivariada, de modo a verificar em uma representação gráfica se há uma correspondência entre as duas variáveis, sendo a arrecadação determinante, ou não, para a obtenção de votos.

Cabe aqui ressaltar que a análise do gráfico não ilustrará em seu topo os candidatos que elegeram e abaixo os candidatos que não elegeram, pois o sistema eleitoral proporcional brasileiro estabelece um coeficiente eleitoral em que os candidatos que ultrapassam essa quantidade de votos acabam contribuindo para a eleição de outros candidatos de sua coligação proporcional com votações inferiores ao estabelecido como coeficiente eleitoral. Diante disso, vemos alguns candidatos eleitos com votações bastante superiores ao número estipulado no coeficiente eleitoral e, junto com estes, candidatos com votações baixíssimas – bem inferiores ao coeficiente eleitoral – tendo sido beneficiados (e eleitos) com a alta votação de outros candidatos de sua coligação proporcional. Um caso ilustrativo disso é, por exemplo, o da candidata eleita Manuela D'Ávila (PCdoB), que fez 482.590 votos, ultrapassando bastante o número de votos do coeficiente eleitoral e permitindo eleger mais três candidatos que eram de sua coligação proporcional: Alexandre Roso (PSB): 28.236 votos; José Luiz Stédile (PSB): 41.401 votos; e Assis Flávio da Silva Melo (PCdoB): 47.141 votos. Importante levar em consideração esse mecanismo permitido pelo nosso sistema eleitoral como um dos fatores que os dirigentes partidários irão levar em consideração nas articulações prévias às campanhas eleitorais e que irá sobrepesar na definição das coligações proporcionais, sendo tratado, portanto, como elemento de barganha política. Esse tipo de ocorrência gera muitos questionamentos e contestações, fomentando o debate e a reivindicação de alguns setores pelo fim das coligações proporcionais. Entretanto, não nos deteremos nesse ponto, por requerer um estudo mais aprofundado não cabível neste trabalho.

Analisaremos, portanto, a relação Votação/Gastos em campanha, pensando estes dois elementos: desempenho eleitoral e gastos durante a campanha.

Ao cruzarmos estas duas variáveis, com os 202 candidatos dos 10 maiores partidos no Rio Grande do Sul, temos o seguinte gráfico:

GRÁFICO 1¹⁰



Rejeita-se H0 = não há correlação entre receita e votação;

Aceita-se a H1 = há correlação entre receita e votação;

$R^2 = 0,57$ ou 57% de correspondência;

Fonte: o autor (adaptado do TSE)

O gráfico 1 levantado nos mostra os 202 candidatos pertencentes aos partidos selecionados. O R^2 do gráfico é de 57%, o que nos permite dizer que em 57% dos casos podemos dizer que o fator financiamento é decisivo e que, portanto, há correspondência, pois há uma nítida tendência ascendente da reta média, indo do canto esquerdo inferior ao canto direito superior. Ocorre a distribuição das candidaturas em relação à votação na

¹⁰ Cada círculo representa uma candidatura, e a reta representa a média.

medida em que cresce a arrecadação. O custo/voto médio de todas essas candidaturas é de R\$7,75.

O gráfico nos mostra quatro outliers: dois outliers muito fortes (Manuela D'ávila – Pcdob – e José Otavio Germano – PP) e dois com peso relativamente menor (Danlei de Deus – PTB – e Luciana Genro – PSOL). Tanto a distancia entre o candidato que mais gastou e o segundo candidato que mais gastou quanto a distancia entre a candidata mais votada e o segundo candidato mais votado são bastante grandes em relação aos demais. O segundo candidato que mais gastou foi o candidato Heinze (também do PP), gastando cerca de R\$900.000,00 a menos que o Germano. Da mesma forma o candidato Beto Albuquerque, segundo mais votado, fez menos 280 mil votos que a candidata mais votada. Quanto aos outliers com peso relativamente menor, verifica-se o baixíssimo custo de votos de ambos, girando em torno de R\$ 2,00 (sendo que o custo/voto médio foi de cerca de R\$7,75): a candidata Luciana Genro fora a responsável por lançar o PSOL entre os partidos com grande votação proporcional naquele ano, embora não tenha sido eleita. Já quanto ao candidato Danlei de Deus é possível mensurar que sua grande votação, de 173.787 votos, superou as expectativas. Mensura-se que isso tenha se dado em função do histórico de ídolo esportivo do candidato, o que o tornou bastante conhecido entre os eleitores gaúchos e permitiu a ocorrência de um voto por identificação com sua trajetória esportiva.

Ademais, importante trazer à tona o lançamento de candidaturas que tendem a zero tanto na variável financiamento, quanto na votação. Na lógica partidária, esses candidatos, mesmo sabendo da dificuldade de se eleger, são entendidos como meios de se conquistar votos localizados de modo a não perdê-los para outra coligação proporcional, e, assim, somar esses votos aos demais votos totais do partido/coligação, o que amplia a sua contagem dos votos e pode fazer a diferença no final do pleito, quando se “distribui” as sobras de votos de coligações que não atingiram o coeficiente eleitoral. Muitos destes candidatos com votação inexpressiva não apresentam declaração de gastos de campanha.

Analisando a parte superior do gráfico, verificamos que apenas 19 candidatos atingiram votação acima de 100.000 votos, pertencentes à 8 partidos, dos 10 analisados. Destes, sete candidatos são do PT – que fora o partido que mais elegeu deputados neste ano –, 4 são do PP, 3 do PMDB, e 1 do PSB, 1 do Pcdob, 1 do PTB e ainda 1 do PSOL. Apenas o PSDB e DEM não conseguiram que uma de suas candidaturas atingisse votação superior à 100.000 votos, embora tenha eleito 1 deputado cada um destes e o PSOL – que teve a

candidata Luciana Genro que atingiu cerca de 129 mil votos – não tenha eleito nenhum. Entre esses 19 candidatos, as declarações de gastos são dispersas, tendo 5 candidatos que gastaram menos que R\$800.000,00 (Luciana Genro, Danrlei de Deus, Osmar Terra, Pepe Vargas e Dionilso Marcon); outros em uma faixa média, e outros que gastaram mais que R\$1.300.000,00 (Ronaldo Zulke, Renato Molling, José Otavio Germano, Marco Maia, Henrique Fontana e Beto Albuquerque).

Para entendimento dos próximos gráficos, importante levarem-se em conta as coligações proporcionais entre os partidos, pois a nossa classificação dos partidos não corresponde às coligações proporcionais que cada partido buscou firmar para o pleito de 2010. Entende-se que a lógica das coligações segue padrões de funcionamento diferentes da idéia pura de classificação ideológica, isto é, nem toda a identidade ideológica de um partido vai ser o elemento pelo qual o partido se baliza na construção de coligações.

As coligações de que faziam parte as candidaturas pertencentes aos 10 partidos analisados eram:

QUADRO 2

NOME DA COLIGAÇÃO	PARTIDOS	CANDIDATO A GOVERNADOR (partido do candidato)
sem coligação	PT	Tarso Genro (PT)
Unidade pelo Rio Grande	PCdoB + PSB + PR	Tarso Genro (PT)
sem coligação	PSOL	Pedro Ruas (PSOL)
sem nome	PDT + PTN	José Fogaça (PMDB)
Juntos Pelo Rio Grande	PMDB + PSDC	José Fogaça (PMDB)
Rio Grande Afirmativo	PP + PSDB + PPS + PRB + PSL + PSC + PHS + PT do B	Yeda Crusius (PSDB)
Aliança Democrática Trabalhista	PTB + DEM	sem candidato

Verifica-se que dos candidatos pertencentes aos partidos classificados como Esquerda, 3 apoiam Tarso Genro, 1 apoia Pedro Ruas, que são candidatos majoritários de partidos de esquerda, e apenas um partido, o PDT apoia José Fogaça, que pertence a um partido de centro. Quanto ao centro, verifica-se que o PMDB coligou-se com um partido “nanico” e lançou candidato próprio ao governo do estado, e o PSDB lançou também candidatura própria ao governo do estado e trouxe para sua coligação o PP, classificado como Direita. Ademais, coligaram-se também o PTB com o DEM sem apoiar nenhum candidato ao governo do estado, estabelecendo uma coligação puramente de direita conforme a nossa classificação. Diante disso, importante destacar que, entre os grandes 10 partidos analisados, não houve nenhuma coligação da esquerda com a direita. O que houve foi apenas coligações da esquerda com o centro (o PDT apoiou José Fogaça) e da direita com o centro (o PP apoiou o PSDB), o que nos permite dizer que o campo do centro esteve em disputa e conseguiu “magnetizar” partidos dos outros dois segmentos ideológicos, embora se reconheça que foi a Esquerda a grande vitoriosa nas eleições majoritárias e também fora ela que mais elegeu deputados na eleição proporcional para Deputados Federais (quadro ‘Os partidos analisados e suas coligações’).

Os gráficos apresentados a seguir não seguem o padrão de classificação apresentados conforme as coligações acima; portanto, quando tratarmos dos “puxadores de votos” estaremos verificando apenas se houve um protagonismo maior por parte de algum candidato quanto à obtenção de votos em relação ao seu partido e o seu segmento ideológico. A idéia será verificar se algum candidato despontou em relação aos demais, e não verificar se a sua alta votação privilegiou outros candidatos.

5.2 QUANTO AO ESPECTRO IDEOLÓGICO

Nesse segundo momento, analisaremos as candidaturas à luz da relação entre votos e financiamento tendo em vista os seus segmentos ideológicos. São apresentados os gráficos que relacionam Gastos com Votação e, em seguida, alguns quadros de análise de cada segmento buscando compreender o funcionamento das grandes candidaturas (com mais de 100.000 votos e com mais de R\$1.000.000,00 de gastos) e das pequenas candidaturas (com menos de 10.000 votos e com menos de R\$10.000,00). Além disso, será analisada

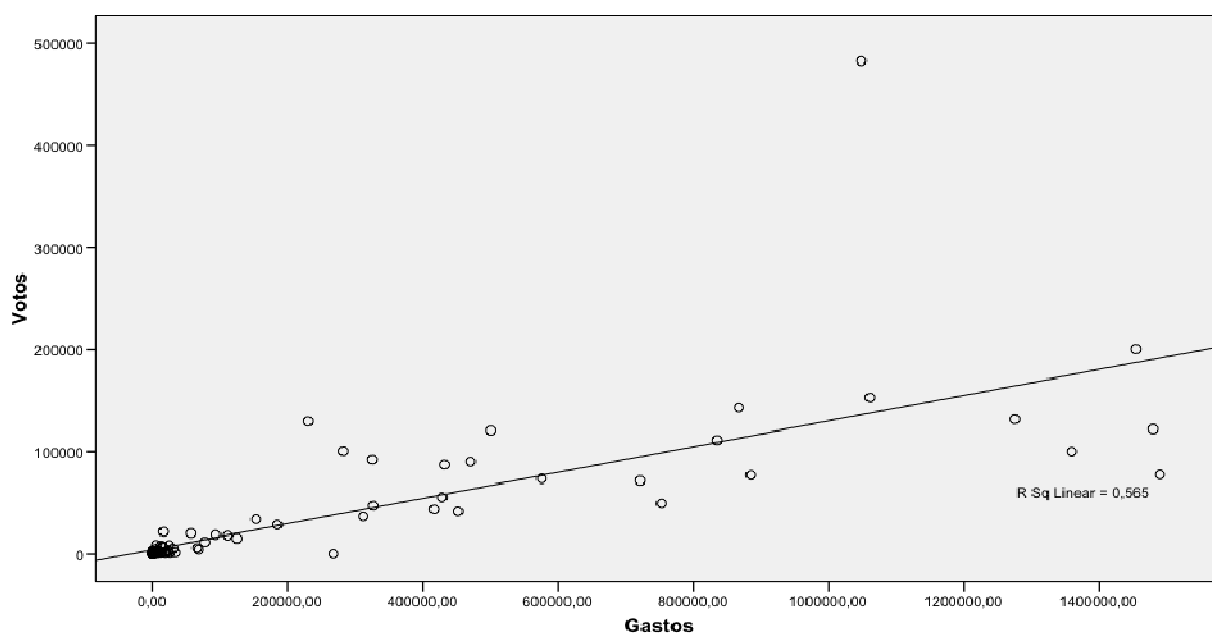
também a distancia dos candidatos no gráfico levando em consideração quais são os puxadores de votos e quais são os partidos que têm maior dependência de algum candidato em específico nessa eleição – analisando distancia de votos e de gastos. Ademais, o custo médio por voto de cada segmento será analisado, da mesma forma que o custo de gasto médio por candidatura de cada segmento.

ESQUERDA

Foram agrupados, no gráfico que representa as candidaturas da esquerda, os candidatos dos seguintes partidos: PT, PDT, PCdoB, PSB e PSOL, que são os 5 maiores partidos de esquerda em votação no estado.

O gráfico configurou-se da seguinte forma:

GRÁFICO 2



Rejeita-se H_0 = não há correlação entre receita e votação;

Aceita-se a H_1 = há correlação entre receita e votação;

$R^2 = 0,56$ ou 56% de correspondência;

Fonte: o autor (adaptado do TSE)

QUADRO ¹¹ - DADOS GERAIS - ESQUERDA

CANDIDATURAS	VOTAÇÃO	GASTO	CUSTO-VOTO
111	2.926.871 votos	R\$ 19.638.202,36	R\$ 6,70

Fonte: o autor (adaptado do TSE)

QUADRO - OS PEQUENOS DA ESQUERDA

Candidaturas Totais da Esquerda (PT, PSB, PSOL, PCdoB, PDT)	Candidaturas com votação inferior a 10.000 votos	Candidaturas com gasto inferior a R\$ 10.000,00
111 candidatos	78 Candidatos (70%)	61 (55%)

Fonte: o autor (adaptado do TSE)

QUADRO - OS GRANDES DA ESQUERDA

Candidaturas totais da esquerda	Candidatos que ultrapassam R\$1.000.000,00 em gastos	Candidatos que ultrapassam 100mil votos
111	7- 6%	11 – 10%

Fonte: o autor (adaptado do TSE)

QUADRO - OS PUXADORES DE VOTOS DA ESQUERDA

PARTIDOS	1º mais votado – 2º mais votado	Distância em votos do 1º para o 2º	Distância de gastos do 1º para o 2º
ESQUERDA	Manuela D'ávila – Beto Albuquerque	282.114 votos (alta)	- R\$ 405.784,49 (alta inversa)
PT	Paulo Pimenta –	9.944 votos (baixa)	R\$ 194.093,68

¹¹ Em função do grande numero de quadros que serão apresentados na parte seqüente do trabalho, optou-se por não numerá-los.

	Maria do Rosário		(baixa)
PDT	Giovani Cherini – Ênio Bacci	19.257 votos (baixa)	R\$ 509.760,00 (alta)
PSB	Beto Albuquerque – José L. Stédile	159.075 votos (alta)	R\$ 1.001.748,54 (alta)
PcdoB	Manuela D’ávila – Assis Melo	435.449 votos (alta)	R\$ 721.536 (alta)
PSOL	Luciana Genro – Antonio Geraldo F.	108.065 votos (alta)	R\$ 213.489,53 (alta)

Fonte: o autor (adaptado do TSE)

No gráfico 2, temos um total de 111 candidaturas, pertencentes aos 5 partidos selecionados. O R^2 do gráfico é de 56%, valor quase igual ao do primeiro gráfico. Observando o gráfico, vemos o quanto que a candidata Manuela D’ávila distancia-se dos demais, e, com isso, reduz o valor do R^{212} . Entretanto, o custo médio do voto¹³ da esquerda diminui bastante em relação aos R\$7,75 do gráfico 1 (todos os 202 candidatos dos 10 partidos) e cai para R\$6,70 (Quadro ‘Dados Gerais – Esquerda’). Há, portanto, uma redução de R\$1,05 no custo médio do voto sobre o custo médio-total, o que representa uma redução de cerca de 13%.

Esse segmento ideológico foi o que mais gastou, o que mais votos conquistou e o que mais deputados elegeu. Acredita-se que o fato de 3 destes 5 partidos terem apoiado o candidato eleito para a eleição majoritária estadual (Governador) contribui para essa grande votação. Importante destacar que 56% das candidaturas totais analisadas (dos 202 totais), são pertencentes ao segmento da esquerda.

Observando os outros quadros abaixo, observa-se um alto número de candidaturas pequenas, atingindo a marca de 55% das candidaturas com orçamentos baixos e uma marca de 70% de candidaturas com votação baixa. Entende-se que essa estratégia de os partidos lançarem candidatos com competitividade baixa se dá para conquistar votos

¹² Em sendo os dois principais outliers um da esquerda e outro da direita, é, também em função deles (Manuela D’ávila e José Otavio Germano) que o R^2 dos gráficos desses segmentos estão abaixo do R^2 do gráfico do segmento do centro, que não possui outliers.

¹³ Quadro dados gerais - esquerda

localizados, de modo a contribuir ao final na votação total da coligação. Essa estratégia é bastante utilizada pelo segmento da Esquerda, uma vez que 70% de suas candidaturas não obtiveram mais que 10.000 votos, mas que, no conjunto conquistaram uma votação significativa para as suas respectivas coligações (quadro ‘Os Pequenos da Esquerda’).

Quanto aos grandes candidatos, vemos no segmento da esquerda apenas 6% de candidaturas com bastante dinheiro, totalizando 7 candidaturas. No entanto, quanto aos candidatos com grande votação, temos a marca de 10%, esta que se iguala a marca de candidatos com grande votação dos candidatos do segmento da Direita. Esses levantamentos nos permitem concluir que os candidatos da esquerda, apesar de que no valor total gastaram mais, gastam proporcionalmente menos que os candidatos da Direita (quadro ‘Os Grandes da Esquerda’).

Os candidatos do segmento da esquerda gastam, em média, cerca de 177 mil reais por candidatura. Esse valor médio é bastante inferior à média de gasto por candidatura do centro (210 mil) e da direita (285 mil). Isso nos permite dizer que o segmento da esquerda tem muito mais candidaturas com baixo financiamento (55%), apesar de ser o segmento que mais elegeu nesta eleição: 16 Deputados Federais.

Destes 5 partidos, observamos as suas diferentes estratégias na busca por ter seus candidatos eleitos. Alguns partidos optam por privilegiar alguma ou algumas candidaturas em detrimento das outras, enquanto que outras possuem melhor distribuição de gastos entre seus candidatos, ou apresentam melhor distribuição de votos entre seus eles

Verifica-se, observando o quadro dos “Puxadores de Votos”, que os partidos PT e PDT apresentam uma distância pequena de votação entre o mais votado e o segundo mais votado, e mesmo uma melhor distribuição de votos e de gastos entre os seus demais candidatos, estes que se distanciam um do outro de uma forma mais equilibrada, enquanto que os demais: PSB, PCdoB e PSOL apresentam uma distância bastante alta entre os mais votados e os com maior arrecadação. Tanto o PT quanto o PDT são os dois maiores e mais tradicionais partidos de esquerda do Rio Grande do Sul, o que contribui para evitar que o partido dependa de apenas uma ou duas candidaturas para se destacar eleitoralmente. A estratégia adotada por eles é pulverizar a obtenção de votos em diversas candidaturas. Cabe ressaltar aqui que o PCdoB funciona de forma nitidamente contrária, tendo uma distância muito alta entre o primeiro e o segundo mais votado, superando os 400 mil votos de distância e tendo gastado mais de 700mil reais a mais na sua candidatura prioritária em

relação ao segundo colocado. Quanto ao PSB e PSOL, ambas tiveram também uma candidatura mais votada bastante superior em votação que a segunda mais votada, tendo, respectivamente, Beto Albuquerque e Luciana Genro como os candidatos de destaque, com o adendo de que a candidatura de Genro fora relativamente considerada de baixo custo (gastando cerca de 230 mil reais), fazendo com que a distância dela em relação ao segundo mais votado fosse baixa, diferentemente do Beto Albuquerque do PSB que gastou mais de R\$1.000.000,00 a mais que o segundo mais votado de seu partido (quadro ‘Os puxadores de votos da esquerda’).

Conforme já fora citado, este segmento fora o que mais elegeu dentre os três, conquistando 16 vagas para Deputados Federais pelo Rio Grande do Sul nesta eleição¹⁴, sendo 8 do PT (partido que mais elegeu entre todos os 10 analisados), 3 do PSB, 3 do PDT e 2 do PCdoB. Apenas o PSOL não elegeu ninguém para a Câmara pelo Rio Grande do Sul, nesta eleição, entre os grandes partidos de esquerda do estado. Trata-se do segmento ideológico melhor representado na câmara entre os três analisados, referentes aos dados do Rio Grande do Sul, pois 16 vagas conquistadas representam 51% das vagas disponíveis¹⁵ para o estado na composição da câmara.

Apesar disso, é importante ter claro que mesmo tendo o posto de ser o segmento que mais elegeu, e com um custo/voto baixo em relação aos outros segmentos, a esquerda (composta por estes 5 partidos) teve gastos bastante altos, chegando a faixa de, aproximadamente: R\$19.638.000,00, isto é, quase 20 milhões. Embora se deva destacar que o gasto médio por candidatura fora baixo, ainda assim se trata do segmento que mais gastou entre os três. Verificou-se também ser um segmento com a ocorrência de candidaturas individuais de destaque, com votações e gastos bastante altos em relação aos demais.

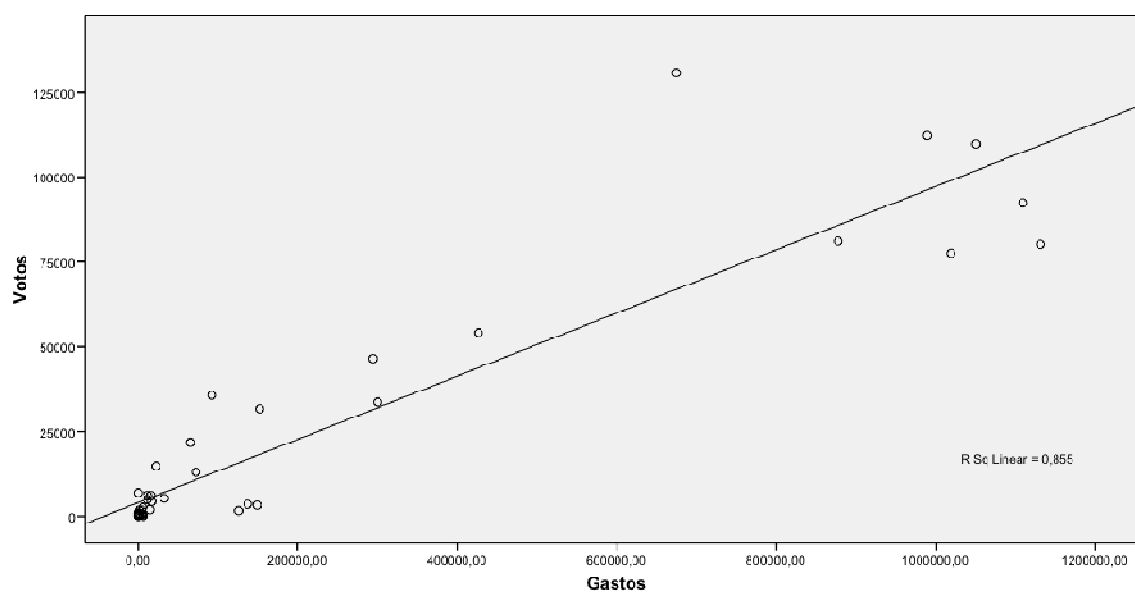
CENTRO

No segmento do centro, foram abrangidas as candidaturas dos partidos PSDB e PMDB. Estes que são os maiores partidos de Centro do Rio Grande do Sul. Trata-se de 42 candidaturas, que atingiram cerca de 992 mil votos, mais de R\$ 8.800.000,00 de gastos, distribuídos no gráfico abaixo da seguinte forma:

¹⁴ Entendendo-se como eleitos, os candidatos que assumiram cargo de Deputado Federal no dia 1º de janeiro de 2011.

¹⁵ O Rio Grande do Sul possui, no total, 31 vagas para a composição da Câmara dos Deputados

GRÁFICO 3



Rejeita-se H0 = não há correlação entre receita e votação;

Aceita-se a H1 = há correlação entre receita e votação;

$R^2 = 0,85$ ou 85% de correspondência;

Fonte: o autor (adaptado do TSE)

QUADRO - DADOS GERAIS - CENTRO

CANDIDATURAS	VOTAÇÃO	GASTO	CUSTO VOTO
42	992.513 votos	R\$ 8.835.636,60	R\$ 8,90

Fonte: o autor (adaptado do TSE)

QUADRO - OS PEQUENOS DO CENTRO

Candidatos Totais do Centro (PMDB + PSDB)	Candidatos com votação inferior à 10.000 votos	Candidatos com gasto inferior à R\$ 10.000,00
42 candidatos	27 candidatos - 64%	18 candidatos - 42%

Fonte: o autor (adaptado do TSE)

QUADRO - OS GRANDES DO CENTRO

Candidatos Totais do Centro (PMDB + PSDB)	Candidaturas que ultrapassam 1.000.000,00 gastos	Candidaturas que ultrapassam 100 mil votos
42 candidatos	4 candidatos – 9%	3 candidatos – 7%

Fonte: o autor (adaptado do TSE)

QUADRO - PUXADORES DE VOTOS DO CENTRO

PARTIDOS	1º mais votado e 2º mais votado	Distância de votos entre 1º e 2º colocado	Distancia de gasto entre 1º e segundoº colocado
CENTRO	Osmar Terra – DarcícioPerondi	18.445 votos (baixa)	- R\$314.679,80
PMDB	Osmar Terra – DarcícioPerondi	18.445 votos (baixa)	- R\$314.679,80
PSDB	Nelson Marchezan – Claudio Diaz	18.833 votos (baixa)	R\$ 90.344,00 (baixa)

Fonte: o autor (adaptado do TSE)

O PMDB é tradicionalmente um partido forte no Rio Grande do Sul. Sua votação atingiu cerca de 724.000 votos, enquanto que o PSDB atingiu apenas cerca de 267.000 votos, o que nos permite dizer que o segmento de centro no Rio Grande do Sul é

representado muito mais pelo PMDB do que pelo PSDB. Proporcionalmente, essa vantagem do PMDB atinge os 73% dos votos destinados aos dois maiores partidos de centro no Rio Grande do Sul, sendo apenas 27% dos votos do centro destinados ao PSDB para o cargo de Deputado Federal.

Primeiramente é importante destacar que nenhum outlier referente ao gráfico 1 (202 candidatos) pertence ao segmento do Centro, o que contribui para elevar o R^2 deste gráfico para 85%. Portanto, dentro deste segmento estão candidatos relativamente próximos da média de gasto por voto do primeiro gráfico analisado.

Em relação ao custo/voto, apresenta-se uma elevação de R\$1,15 na média de gasto por votos de cada candidatura em relação à media geral dos 202 candidatos. O custo/voto do centro chega a R\$8,90 (quadro 'Dados Gerais – Centro'). Em relação à esquerda, essa elevação sobe cerca de R\$ 2,20. Portanto, o segmento do centro gasta mais por votos que o segmento da esquerda.

O gráfico do segmento do centro nos mostra que há uma separação bastante nítida no gráfico entre os candidatos relativamente competitivos, que rondam o quadrante direito superior do gráfico, e os menos competitivos, que rondam o quadrante esquerdo inferior do gráfico. O candidato Luiz Záchia é, entre os candidatos do quadrante inferior, o que mais votos atingiu, com cerca de 54 mil votos, enquanto que o candidato Alceu Moreira foi, dentre os candidatos do quadrante superior, o que menos votos fez, com cerca de 81 mil votos; sendo, portanto, estes dois, o ponto de corte entre um quadrante e outro. Os candidatos competitivos deste segmento possuem votação acima de 75 mil votos, e gastos médios acima de R\$ 800.000,00 (gráfico 3).

Quanto aos candidatos pequenos do Centro, temos apenas 42% dos candidatos com gastos baixos e 64% dos candidatos com votação baixa. Esses números são significativamente menores do que os números dos candidatos pequenos do segmento da Esquerda e significativamente maiores do que os números dos candidatos pequenos do segmento da Direita. Portanto, o Centro está colocado em um estágio intermediário entre Esquerda e Direita quando o elemento analisado for os candidatos pequenos (com baixa votação ou com baixo valor gasto em campanha). O que podemos dizer é que o segmento da Esquerda lança um maior numero de candidatos a Deputados Federais desfavorecidos financeiramente em relação ao Centro e, mais visivelmente, em relação à Direita – esta que veremos logo adiante. (quadro 'Os Pequenos do Centro')

Quanto aos grandes candidatos, temos 9% dos candidatos de Centro com grande financiamento, o que é significativamente maior que os 6% dos candidatos da esquerda, ainda mais se levarmos em consideração o fato de o Centro ter lançado muito menos candidatos que o segmento da Esquerda. Portanto, financeiramente, os candidatos do centro estão, em média, em vantagem em relação ao segmento da Esquerda. Já quanto aos candidatos grandes analisados em relação à sua votação, temos o segmento do Centro tendo apenas 7% de seus candidatos atingindo a marca de 100.000 votos, que os configuraria como candidato grande, contra 10% dos candidatos da esquerda. Isso significa que o Centro apesar de gastar mais proporcionalmente que a Esquerda, tem menor número de candidatos com votação superior a 100.000 votos (quadro ‘Os grandes do Centro’).

A média de gasto por candidatura do Centro é de cerca de 210 mil reais, cerca de mais de 30mil a mais que a média de gastos da Esquerda, mas inferior à alta média de gastos do segmento da Direita por candidatura, que atingiu mais de 285 mil reais.

Quanto à estratégia de “puxadores de votos”, ou não, de cada partido e do segmento analisado, observa-se um distanciamento relativamente baixo entre o mais votado do segmento (Osmar Terra) e o segundo mais votado (Darcísio Perondi), girando em torno de 18 mil votos. Esse número se repete quando especificado em relação ao PMDB. Quanto aos gastos destes, verifica-se ter o segundo colocado gastado mais de 300 mil reais que o primeiro, por ter menor apelo eleitoral que o primeiro e ter precisado gastar mais para se eleger (Quadro ‘Puxadores de Votos do Centro’). O segmento apresentou 7% de candidaturas competitivas (que superaram 100 mil votos). Trata-se do segmento que menos elegeu, elegendo apenas 5 candidatos.

Podemos observar que a distribuição no gráfico do PSDB é mais desigualmente distribuída, tendo sido o candidato Nelson Marchezan Jr. como o único que elegeu de seu partido, e sendo ele também o que mais gastou, embora tenha gastado apenas 90mil reais a mais que o segundo colocado de seu partido, Claudio Diaz, e tendo feito apenas cerca de 18 mil votos a mais que ele. Apesar disso, o PSDB apresentou-se como um partido dependente destes dois candidatos para a realização da maioria de seus votos, o que nos permite afirmar ter o PSDB incidido em uma estratégia eleitoral mais vinculada à estas duas candidaturas e não privilegiar, conseqüentemente, as demais candidaturas do partido (Quadro Puxadores de Votos do Centro).

O PMDB foi o partido que teve uma distribuição mais equilibrada entre seus candidatos no gráfico. Teve, o PMDB, 5 candidatos distribuídos no quadrante superior à direita do gráfico, com votação considerada alta, em que elegeu 4 candidatos. Ao mesmo tempo, o PMDB teve outro conjunto de candidatos com votação média ou baixa, o que o torna um partido com melhor distribuição dos candidatos no gráfico, tanto em votação, quanto em gastos de campanha.

Entretanto, importante deixar claro que o PMDB não estava coligado proporcionalmente com o PSDB¹⁶, embora pertençam, na classificação deste trabalho, ao mesmo segmento ideológico.

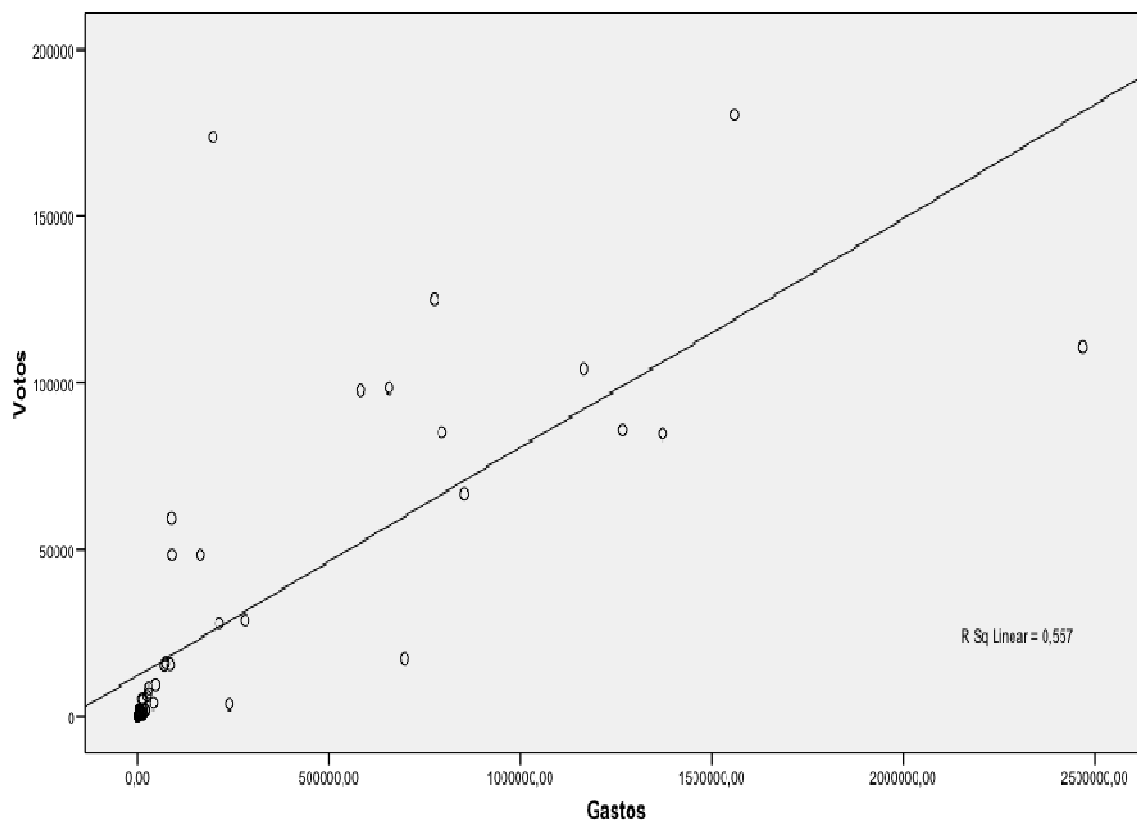
DIREITA

Foram agrupados, no gráfico abaixo, que representa as candidaturas de Direita, os 49 candidatos dos seguintes partidos: PTB, DEM e PP.

O gráfico configurou-se dessa forma:

GRÁFICO 4

¹⁶ O PSDB neste ano estava lançando a então governadora Yeda Crusius à reeleição, enquanto que o PMDB, embora tenha feito parte do governo Yeda, estava lançando candidato próprio ao Piratini, o ex-prefeito de Porto Alegre e ex-senador José Fogaça, o que o colocara em lados opostos neste pleito.



Rejeita-se H_0 = não há correlação entre receita e votação;

Aceita-se a H_1 = há correlação entre receita e votação;

$R^2 = 0,55$ ou 55% de correspondência.

Fonte: o autor (adaptado do TSE)

QUADRO - DADOS GERAIS - DIREITA

CANDIDATURAS	VOTAÇÃO	GASTO	CUSTO VOTO
49	1.557.403 votos	R\$ 13.993.025,75	R\$ 8,98

Fonte: o autor (adaptado do TSE)

QUADRO - OS PEQUENOS DA DIREITA

Candidaturas totais da Direita	Candidaturas com votação inferior à 10.000 votos	Candidaturas com gasto inferior à R\$ 100.000,00
49	27 - 55%	16 - 32%

Fonte: o autor (adaptado do TSE)

QUADRO - OS GRANDES DA DIREITA

Candidaturas Totais da Esquerda (PTB, DEM, PP)	Ultrapassam 1.000.000,00	Ultrapassam 100 mil votos
49 candidaturas	5 - 10%	5 - 10%

Fonte: o autor (adaptado do TSE)

QUADRO - PUXADORES DE VOTOS DA DIREITA

PARTIDOS	1º mais votado e 2º mais votado	Distância entre 1º e 2º	Distância gastos entre 1º e 2º colocado
DIREITA	Luiz Heinze – Danrlei de Deus	6.616 votos (baixa)	R\$ 1.361.678,98
PTB	Danrlei de Deus – Sergio Moraes	82.035 votos (média)	- R\$ 385.320,06
DEM	OnixLorenzoni – Marco Antonio Lang	36.379 votos (média)	R\$ 1.280.621,15
PP	Luiz Heinze – Vilson Covatti	55.352 votos (média)	R\$ 783.469,94

Fonte: o autor (adaptado do TSE)

Esses três partidos (PTB, PP e DEM) configuram-se como os três maiores partidos de Direita do Rio Grande do Sul. No total, em conjunto, conquistaram mais de 1.557.000 de votos e gastaram quase 14 milhões de reais (quadro ‘Dados Gerais – Direita’). No total, foram eleitos 10 candidatos deste segmento. Dentre esses 3 partidos, foram eleitos 10 candidatos, que se tornaram Deputados, sendo 6 do PP (considerado o maior partido de direita existente no estado), 3 do PTB e 1 do DEM. Esse segmento elegeu 5 Deputados a mais que o Centro e 6 a menos que a Esquerda. O PP conquistou para si aproximadamente 49% dos votos relativos ao segmento da direita, ao passo que o PTB conquistou 37% e o

DEM conquistou 14%. Isso nos permite dizer que entre os três maiores partidos de direita no Rio Grande do Sul, o PP é o que possui maior apelo eleitoral, ultrapassando a marca de mais de 750 mil votos.

Esses dados resultam explicados pelo maior custo/voto entre os três segmentos, atingindo a marca de R\$8,98 por voto, cerca de R\$ 1,23 a mais que o custo médio de voto total dos três segmentos (Quadro 'Dados Gerais- Direita'). Em relação à Esquerda, o custo-médio de votos da direita é R\$2,28 mais caro, cerca de 25% a mais de gasto por voto que o segmento da Esquerda.

Quanto à média de gasto por candidatura, esta gira em torno de 285 mil reais no segmento analisado, da Direita. Esse número é bastante maior que a média de gasto por candidatura que o Centro e mais ainda que a Esquerda. Esse valor chega a ser mais de 100 mil reais a mais que a média da Esquerda.

Quanto ao gráfico, verifica-se uma grande dispersão das candidaturas no gráfico⁴. Está claro que, neste segmento, o candidato Danrlei de Deus foi o que menos gastou por voto e o candidato José Otavio Germano foi o que mais gastou. O fato de termos dois outliers (apresentados no gráfico 1), contribui para a redução do valor do R² deste gráfico.

Entre os candidatos pequenos, apenas 55% dos candidatos da Direita fizeram votação considerada pequena: o menor número dentre os três segmentos. Quanto aos gastos de campanha, esse número cai para 32%, também sendo o menor número dentre os três. É inegável que, dentre as 49 candidaturas da Direita, este é o segmento que menos opta por lançar candidaturas pequenas na busca por votos localizados. Enquanto que 55% dos candidatos da esquerda estão com financiamento baixo, apenas 32% - cerca de 23% a menos - da Direita estão nessa situação.

Quanto aos candidatos grandes, 10% dos candidatos tiveram votação considerada alta (o mesmo número dos candidatos da Esquerda e 3% a mais que o número relativo aos candidatos do Centro). Quanto ao financiamento, enquanto a Esquerda tinha apenas 6% de suas candidaturas consideradas privilegiadas financeiramente e, no segmento por ora analisado, da Direita, este número sobe para 10%, muito próximo dos 9% apresentados pelo Centro.

Se formos analisar a ocorrência dos “puxadores de votos”, podemos fazer as seguintes considerações.

O DEM apresenta-se como um partido dependente de sua figura mais conhecida como Deputado Federal, Onix Lorezzoni. Este, sozinho, gastou mais de R\$1.200.000,00 a mais que o segundo colocado nas eleições pelo seu partido, embora sua votação tenha tido apenas cerca de 36 mil votos a mais que o segundo colocado de seu partido, Marco Antonio Lang. O PTB apresenta uma distribuição de gastos e votos melhor distribuída em relação ao DEM, mas pior distribuída em relação ao PP. O PTB teve o candidato Danrlei de Deus como seu principal puxador de votos, tendo este um baixíssimo gasto e um custo-voto entre os menores dentre todos os candidatos analisados (cerca de R\$1,13). Inclusive o PTB foi um dos casos em que o segundo que mais gastou, Sergio Moraes, gastara mais que o primeiro (quadro ‘Puxadores de Votos da Direita’). Por final, o PP apresenta-se como um partido com melhor distribuição de seus candidatos no gráfico do segmento da Direita. O partido apresenta uma serie de candidaturas competitivas e fora o partido que mais elegeu seus candidatos dentre os três. No entanto, quanto aos gastos de campanha, surge um relativo desequilíbrio entre os gastos dos candidatos (como se verifica no quadro acima), que mostra que o candidato que mais gastou votos conquistou gastara mais de 780 mil reais a mais que o segundo colocado do partido. O PP, tradicionalmente, é entendido como o maior partido de Direita do Rio Grande do Sul, sendo este o com maior apelo eleitoral no estado.

6. CONCLUSÃO

Este trabalho teve como hipótese, conforme já foi dito, o entendimento de que o fator financeiro é verdadeiramente importante, se não até determinante para a eleição. Objetivamos o teste desta hipótese através dos gráficos levantados e interpretados que relacionavam Gastos com Votação e também através dos levantamentos feitos nos quadros subsequentes aos gráficos, com dados a respeito de cada um dos três segmentos ideológicos (número de candidatos, total de votos atingido, total de votos alcançados, custo-voto, candidatos eleitos, candidatos grandes, candidatos pequenos e puxadores de votos).

Nosso método foi o de analisar a influência do fator financiamento nas candidaturas em dois momentos: o primeiro momento em relação ao total das candidaturas analisadas e, em um segundo momento, em relação a cada classificação por segmento ideológico.

Entendemos que restou comprovada a nossa hipótese de que o financiamento de campanha é determinante nas eleições para deputado federal pelo Rio Grande do Sul. Apesar dos 4 outliers apontados no primeiro gráfico referente ao primeiro momento, em meio a todos os 202 candidatos analisados, entende-se que a disposição dos candidatos no gráfico e o R^2 ter se mostrado alto (em torno de 57%) nos comprova a hipótese de que o fator financiamento é determinante para as campanhas à Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul.

O levantamento bibliográfico já tornava previsível a conclusão de que o financiamento seria determinante. No entanto, apesar de ter sido comprovada esta influência, é importante atentar para eventuais fugas a regra, como candidatos que gastaram muito e fizeram votação mediana, ou outros que gastaram um valor considerado médio e atingiram uma votação altíssima. A comprovação da hipótese não engessa o sistema eleitoral, pois estamos tratando apenas de um dos fatores que influenciam. A respeito dos outliers, importante destacar que 3 dos 4 outliers apresentam-se com custo-voto inferior à média, isto é, torna-se mais fácil fugir a regra quando em benefício do barateamento do custo-voto do candidato e não ao contrário.

Quanto ao primeiro teste de hipótese, importante ressaltar que embora os partidos analisados não seguissem as coligações em função tão somente da classificação ideológica, verificou-se que, nesta eleição, o segmento da esquerda esteve coligado entre si,

e coligou-se também com partidos de Centro. O mesmo se verifica com a Direita, que se coligou entre si e também com partidos de Centro. Não houve, nesta eleição, coligação de partidos de Esquerda com partidos de Direita, o que nos comprova uma significativa fidedignidade na classificação feita, levando em conta o respeito à lógica ideológica no momento de compor coligações eleitorais.

Quanto aos candidatos pequenos, restou comprovado que todos os segmentos ideológicos fazem uso de candidaturas com votações baixíssimas, ou gastos baixíssimos, de modo a, no todo, agregar votos a sua coligação, na busca por votos localizados. No entanto, o segmento da Esquerda faz mais uso desse mecanismo que os outros segmentos, colocando mais candidaturas pequenas no pleito que os demais, tanto em termos de votação, quanto de gastos de campanha.

Em um comparativo entre Esquerda, Centro e Direita, restou comprovado também que o segmento da Direita gastou proporcionalmente mais que os demais por candidatura, além de ter um custo-voto mais alto, o que confirma a hipótese inicial deste trabalho a respeito desta questão. Além disso, o número de candidatos grandes da Direita – tanto em votação, quanto em gastos – foi mais alto que o número de candidatos grandes do centro e da esquerda. Entendemos ter sido comprovado isso em função do voto dos candidatos pertencentes aos partidos de Esquerda estar mais associado a grupos sociais definidos e aos movimentos sociais, além, é claro, de ser mais permeado por ideologia.

O R^2 dos três segmentos foram significativamente altos, o que comprova a nossa hipótese.

Quanto aos puxadores de votos, analisamos algumas tendências de distribuição de recursos e de priorização de candidaturas dos partidos, análise que nos comprovou que os partidos PT, PDT, PP, PMDB são os partidos com melhor distribuição de gastos e de votação de seus candidatos enquanto os demais têm uma distribuição no gráfico mais dispersa entre os seus candidatos. Esses partidos com distribuição mais equilibrada no gráfico entre os seus candidatos são justa e comprovadamente os partidos mais fortes e com grande tradição no estado do Rio Grande do Sul, o que contribui para o entendimento de que os partidos menores, ou com menos tradição, buscam candidaturas individuais com maior apelo em relação às suas demais candidaturas. Esses quatro partidos supracitados são justamente os partidos que compõem a lista dos quatro partidos que detêm maior número de prefeituras no interior do estado do Rio Grande do Sul.

Por fim, este trabalho buscou agregar o rol de pesquisas a respeito do financiamento de campanhas proporcionais à luz do debate acerca da Reforma Política, buscando contribuir com a literatura acerca desse tema. Para nós ficou claro o grave problema da forte interferência do poder econômico na busca pelo poder político, sobretudo, o legislativo, que é, por essência, o poder de representação das idéias e dos valores da sociedade. Como alternativa para os problemas do nosso sistema eleitoral resta-nos dar este indicativo no sentido de se buscar restringir a influência do poder econômico na democracia, cabendo o debate acerca do modelo democrático brasileiro à classe política, à classe acadêmica, e também, à sociedade civil organizada em geral, não devendo a Ciência Política se abster deste debate, pois ela tem muito, sem dúvida, a contribuir.

REFERÊNCIAS

- AS CLARAS. 2010. Disponível em: <http://www.asclaras.org.br/@index.php?cargo=6&partido=&municipio=&estado=22&cargo_nome=Deputado+Federal&partido_nome=&estado_nome=Rio+Grande+do+Sul&municipio_nome=&ano=2010>. Acesso em: 8 ago. 2013.
- TSE. Consulta de Prestação de Contas. Eleições 2010. Disponível em: <<http://spce2010.tse.jus.br/spceweb.consulta.prestacaoconta2010/>>. Acesso em 8 ago. 2013.
- FIGUEIREDO, Argelina C.; LIMONGI, Fernando. *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. 2 ed. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2001.
- ABRANCHES, Sérgio, H. H. de; Presidencialismo de Coalizão: o Dilema Institucional Brasileiro. Dados Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 31, n. 1, 1988, p. 5-34.
- LEMONS, Leany B.; MARCELINO, Daniel; PEDERIVA, João H. Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o congresso nacional em 2002 e 2006. *Opinião Pública*, Campinas, v. 16, n. 1, p. 366-393 nov. 2010
- SPECK, Bruno. O financiamento de campanhas eleitorais. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (eds). *Reforma Política no Brasil*. Belo Horizonte, MG: PNUD/UFMG, 2006.
- PEIXOTO, Vitor. Modelos de financiamento de campanhas e accountability: uma análise comparativa e um teste de hipótese, 29º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu: Anpocs. 2005.
- REIS, Bruno P. W. Sistema eleitoral e financiamento de campanhas no Brasil: desventuras do Poder Legislativo sob um hiperpresidencialismo consociativo. In: OLIVEN, R. G. RIDENTI, M.; BRANDAO, G. M. (Orgs.); *A constituição 1988 na vida brasileira*. São Paulo, Adelardo & Rothschild Editora/Anpocs. 2008.
- SAMUELS, David, J. Financiamento de campanha e eleições no Brasil, In: BENEVIDES, M. V.; VANNUCHI, P.; KERCHE, F. (Orgs.), *Reforma Política e Cidadania*, São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 364-391.
- SAMUELS, David J. Financiamento de campanhas no Brasil e propostas de reforma, In: SOARES, G. A. D.; RENNÓ, L. R. (orgs.), *Reforma Política: Lições da História Recente*, 133-53. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- BORGES, Tiago, D. P. Candidatos, partidos políticos e interesses empresariais. 2013. Tese de Doutorado - USP – São Paulo. 2013.
- ANDREIS, Thiago, F. O financiamento de partidos políticos no Brasil na democracia recente. Dissertação de Mestrado – PUCRS – Porto Alegre. 2008.